

€mpreender

economia | negócios | investimentos

2º semestre |2006



- 08 A próxima década, será uma década de oportunidades
Rui Bettencourt
- 23 Empreende Jovem e PROENERGIA
- 27 Regime de Apoio ao Microcrédito Bancário
Uma relação de confiança

ficha técnica

director

Arnaldo Machado

coordenação

Jorge Pereira

propriedade

DRACE - Direcção Regional de Apoio à Coesão Económica

design e paginação

Bloco d - design e comunicação

fotografia

ATA - Associação de Turismo dos Açores
Bloco d - design e comunicação
DRACE - Direcção Regional de Apoio à Coesão Económica

impressão

Nova Gráfica, Ld.ª

tiragem

600 exemplares

contactos

DRACE
Praça Gonçalo Velho Cabral, nº3
9500-063 Ponta Delgada, Portugal
Tel.: 296 209 800 | Fax: 296 209 848
drace@azores.gov.pt
www.azores.gov.pt

periodicidade

Semestral



índice

----- 3 **nota de abertura**

*Director Regional de Apoio
à Coesão Económica*

----- 4 **opinião**

Veiga Simão

Monteiro da Silva

Rui Bettencourt

Brandão Alves

Fátima Silveira

Carlos Decq Mota

João Lima

José Carvalho

----- 23 **Empreende
Jovem e
PROENERGIA**



----- 27 **microcrédito**

Regime de Apoio ao
Microcrédito Bancário

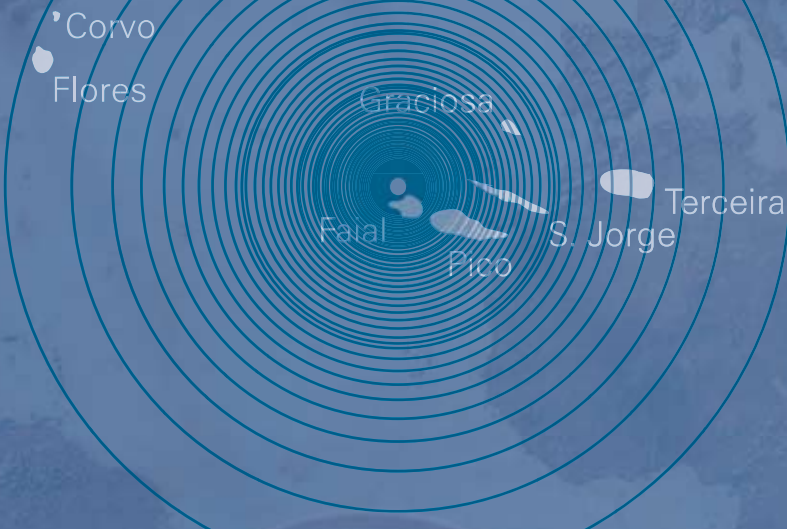


----- 29 **notícias**



----- 36 **estatísticas**





Neste segundo semestre de 2006 foram criados dois novos sistemas de incentivos ao investimento: o Empreende Jovem – Sistema de incentivos ao empreendedorismo e o PROENERGIA.

O Empreende Jovem pretende estimular o aparecimento de uma cultura empresarial baseada no conhecimento e na inovação, enquadrando-se claramente numa nova geração de políticas que o Governo Regional tem vindo a dinamizar. Este sistema de incentivos fomenta a criação de empresas por jovens, com elevado grau de qualificação e a realização de estágios profissionais, procurando aproximar o sistema de ensino do mundo empresarial.

O PROENERGIA apoia a produção de energia a partir de um leque muito diversificado de fontes renováveis, comparticipando investimentos dirigidos essencialmente ao autoconsumo. Trata-se de um programa que assume a particularidade de permitir a concessão de apoios não só a pequenas e médias empresas, mas também a associações sem fins lucrativos, e ao sector residencial doméstico.

Já no último trimestre deste ano, os Açores passaram a dispor, pela primeira vez, de um Regime de Apoio ao Microcrédito Bancário.

O Microcrédito, em cuja gestão intervêm vários departamentos governamentais, em cooperação com instituições de crédito, pode constituir um instrumento particularmente útil para a inclusão no sistema económico de pessoas em diversas situações de desfavorecimento.

Termina agora o III QCA – Quadro Comunitário de Apoio, ao longo do qual o investimento privado cresceu nos Açores a um ritmo nunca antes ocorrido. A nova política de incentivos para o quadro de referência 2007 – 2013 contribuirá seguramente para consolidar a estratégia de desenvolvimento que o Governo Regional tem vindo a adoptar, continuando a promover as alterações estruturais da economia açoriana, necessárias para atingir melhores níveis de eficiência e uma maior coesão económica e social.

Arnaldo Machado

Director Regional de Apoio à Coesão Económica





JOSÉ VEIGA SIMÃO

Nascido a 13.2.929, PhD Cambridge University;

Doutor (1957) e Professor Catedrático, desde 1961, Universidade de Coimbra;

Reitor da Universidade de Lourenço Marques (1963-70);

Ministro da Educação (1970-74);

Embaixador nas Nações Unidas (1974-75);

Fellow, Yale University (1975-78);

Presidente do LNETI (1977-83 e 1985-1992);

Ministro da Indústria e Energia (1983-85);

Presidente Conselho de Avaliação das Universidades Públicas (1993-97);

Ministro da Defesa (1997-99);

Consultor em Educação, Ciências e Competitividade, no Conselho da Europa, Portugal (Universidades, AIP e Empresas) e Estados Unidos (Lesley College, outras Universidades em Massachusetts e Portuguese Heritage Foundation).

Uma Carta Regional da Competitividade para a Região Autónoma dos Açores

As preocupações de consistência e de integração de políticas de desenvolvimento e de programas conducentes à sua operacionalidade impõem que umas e outros sejam concebidos de modo a associarem o pensamento à acção. O Prof. Dr. António Simões Lopes, no seu excelente artigo publicado no n.º 1 desta Revista sobre *Estratégias de Desenvolvimento (Questões de Método)*, alerta para exigências conceptuais do desenvolvimento, para a necessidade de diagnósticos, análises e *benchmarkings* correctos e permanentemente actualizados, para o rigor das medidas que concretizem políticas e estratégias adequadas e criativas, para a organização coerente dos programas que as operacionalizem e para a avaliação independente dos resultados.

Neste contexto, a clarividência política obriga a procurar acordos amplos entre forças políticas e sociais, em volta de grandes objectivos estratégicos, compatibilizando a sua realização em períodos de longo prazo com o exercício do poder democrático que privilegia ciclos mais curtos, correspondentes à duração de legislaturas.

É neste quadro acentuado por um mundo em mudança e dominado por tempos de desafio para a convergência e para a coesão social na União Europeia e em Portugal, que faz sentido adoptar uma visão estratégica ambiciosa para a Região Autónoma dos Açores (RAA), a cumprir a longo prazo, integrando políticas públicas e estratégias empresariais, devidamente expressas e inteligentemente articuladas, convergentes para a consecução de objectivos quantificados, num período pré-definido.

Para credibilizar esta ambição deve adoptar-se um modelo orgânico aberto a uma análise periódica e dotado de flexibilidade que permita ajustá-lo a cenários e a crises determinados por forças internas e externas, inerentes aos desafios e equilíbrios entre a globalização e a economia da proximidade.

Como axiomas evidentes deste desafio emerge a cooperação criativa e leal entre os diversos departamentos públicos, associada a parcerias público-privadas, com finalidades claras e transparentes.

No caso português é difícil atingir níveis de excelência no desenvolvimento perante a fragilidade do Estado — 17 governos constitucionais e 11 primeiros-ministros em 30 anos — e as fraquezas da sociedade civil, com demasiadas associações, por vezes mais conflituais do que cooperantes. A Região Autónoma dos Açores, felizmente, não tem sofrido uma instabilidade desta natureza. Impõe-se, porém, um esforço mobilizador que fortaleça a cooperação entre o Governo Regional, a Universidade, as autarquias e associações empresariais. Estamos perante uma oportunidade única a não perder.

Foi dentro destes princípios e como ponto de partida para uma discussão mais aprofundada que surgiu uma proposta de visão estratégica para o Plano Tecnológico de Inovação Empresarial — INOTEC-Empresa —, que podemos resumir do seguinte modo:

Fazer da RAA uma Região de Competitividade superior à média nacional e, simultaneamente, a Região com maior atractividade e melhor qualidade de vida para os seus residentes, permanentes e temporários.

A questão crucial é a do tempo em que se pode concretizar esta visão com recursos progressivamente disponíveis. É um ponto que, neste artigo, deixamos em aberto.

Naturalmente que esta visão implica a redefinição ou o fortalecimento de políticas públicas e de estratégias empresariais, assentes num diagnóstico dinâmico, não de natureza meramente descritiva, mas antes susceptível de fundamentar vias de desenvolvimento, validadas por entidades açorianas de reconhecido mérito e experiência.

Como se põe em evidência na Estratégia de Lisboa renovada, a competitividade de Portugal entre Nações é o desafio do início deste século, que vai determinar o nosso futuro, um dos maiores desafios só comparável à adesão à EFTA, à integração na União Europeia e à adopção do Euro. Essa competitividade depende de várias componentes, como a *inovação*, a *produtividade* e o *empreendedorismo*, sendo que outra componente decisiva no nosso país e, naturalmente, na Região Autónoma dos Açores, é a *coesão social*.

O INOTEC-Empresa irá sugerir programas de acção que se relacionam, naturalmente, com políticas públicas e estratégias empresariais, conformes com a realidade açoreana, sendo que devem identificar vulnerabilidades e prioridades de intervenção no tocante à qualidade e à operacionalidade de mecanismos e de intervenção e procedimentos. Isto significa que assumem relevância particular os sistemas de fomento e certificação de qualidade e de incentivos à inovação; a disponibilidade e fortalecimento de capacidades científicas e tecnológicas relevantes e a explicitação de políticas e metas de formação e educação, bem como de informação e comunicação.

Numa atitude de intensificação da democracia participativa, o Estado deve proceder a regulações claras e transparentes, fiscalizar a aplicação das leis e criar condições para a criatividade e a inovação. A competitividade da RAA, a nível nacional e europeu, com particular referência a outras regiões ultraperiféricas da União Europeia está fortemente dependente da natureza e da intensidade da participação da sociedade nestes desafios.

Para além da integração de Portugal na União Europeia, a especial ligação da RAA aos Estados Unidos da América constitui uma mais-valia, a suscitar ousadia e imaginação, que deve ser incentivada e fortalecida, apostando no empreendedorismo da comunidade açoriana que, nalguns estados federais dos Estados Unidos, vem assumindo posições de relevo nos domínios político, educacional, cultural e empresarial.

Porém, sublinhe-se que o *INOTEC-Empresa* privilegia o enfoque nas empresas, como entidades cujo objectivo fundamental é a criação da riqueza associada à justiça social; e, por isso mesmo, o *sistema de inovação a construir na RAA só tem sentido se tiver a empresa como ponto focal*. E aqui importa clarificar o conceito de *inovação*, seguindo caminhos abertos pela União Europeia após a publicação, em 2000, da primeira Carta de Progresso da Inovação. É errado pensar-se que a inovação se identifica unicamente com a componente de investigação e desenvolvimento (I&D), o que tem dado origem a consequências desastrosas na modernização empresarial, com particular incidência nas pequenas e médias empresas.

Neste sentido e sem deixar de considerar a I&D como com-

ponente de elevada importância em qualquer estratégia de desenvolvimento, diversas análises da percentagem do total de despesas com a inovação, separando a componente I&D das restantes componentes, revela que, em muitos países da União Europeia, a utilização de tecnologias devidamente adaptadas e de fontes de informação para a inovação, a eliminação de factores impeditivos de sucesso de projectos, a estrutura de qualificação do pessoal nas empresas inovadoras, são elementos cruciais, com pesos altamente significativos.

Temos de ter a consciência da importância de fontes de inovação como sejam as análises comparativas com empresas concorrentes, as relações duma empresa com fornecedores e clientes, a informação recolhida em feiras, congressos, conferências e colóquios, a aplicação inteligente das tecnologias de informação e comunicação (TIC), a opinião de consultores e as mais valias derivadas de internacionalizações.

O INOTEC-Empresa desenvolver-se-á entre 2007 e 2013, através de programas e projectos que contribuam para que a inovação penetre no tecido empresarial, abrindo novos espaços à criatividade, rasgando caminhos de qualidade na área da economia e consagrando modelos de parceria público-privada.

Desse trabalho deverá resultar um painel para a inovação na RAA, constituído por indicadores seleccionados de entre os utilizados para caracterizar o progresso da inovação na União Europeia, no Plano Tecnológico Nacional e em outras ilhas ultraperiféricas. O objectivo desse exercício é o de, sob a liderança do Governo Regional, criar condições para definir e calendarizar metas a atingir no período de 2007 a 2013.

O caminho obriga, necessariamente, a uma forte cooperação das Câmaras de Comércio e Indústria, da Universidade, das instituições públicas do Governo Regional e das organizações de parceria público-privada, como o INOVA, com o fim de definir uma *Carta Regional da Competitividade* da RAA que integre um conjunto de indicadores económicos, financeiros e sociais, de onde se extraia, a partir de análises comparadas, o índice de competitividade da RAA entre regiões da UE-25. Essa Carta deverá desenvolver-se em articulação com a Carta Magna da Competitividade, elaborada pela Associação Industrial Portuguesa e dinamizada com a participação da Associação Empresarial de Portugal e da Confederação da Indústria Portuguesa. Assim terá sustentação a quantificação temporal do objectivo estratégico de excelência e ambição para a RAA.

Estes desafios só poderão ser vencidos se nos processos de concretização fizessem emergir valores, como os expressos nas propostas de Italo Calvino para o presente milénio. Um Fórum do Futuro a criar como *think tank* para a Região Autónoma dos Açores deve velar para que no pensamento e na acção se cultivem a *leveza*, contra o peso do inútil e o domínio do software; a *rapidez*, conciliando a ponderação com a prontidão; a *exactidão*, fazendo emergir objectivos bem definidos e procedimentos rigorosos; a *visibilidade*, que aponta para saber pensar de acordo com imagens e cenários correctos e entendíveis pela opinião pública; a *multiplicidade*, em que o advento da mudança faz parte da corrida do tempo e da razão de ser uma organização e a *consistência* que dá força a valores intemporais em que o passado é sustentáculo do futuro.



**JOSÉ MANUEL
MONTEIRO DA SILVA**

Foi Administrador de várias empresas privadas, de que é de destacar a presidência do Conselho de Administração da EDA e de outras empresas do grupo, durante oito anos. Foi director do Departamento de Economia e Gestão da Universidade dos Açores e director da Unidade de Gestão e Pró-Reitor da Universidade do Algarve. Foi Presidente da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores, Membro do Conselho Económico e Social e Juiz Conselheiro do Tribunal de Contas. Actualmente é professor associado da Universidade dos Açores e Presidente do Conselho da Administração da Agência de Promoção do Investimento dos Açores.

O Futuro da APIA – Agência para a Promoção do Investimento dos Açores, E.P.E.

Por decisão do Governo Regional dos Açores, foi criada a APIA, Agência para a Promoção do Investimento dos Açores que, de acordo com os seus estatutos, tem como área de actuação fundamental, a promoção do investimento nos Açores.

A APIA vai proceder a uma análise sistematizada dos sectores da economia regional, sobretudo nas áreas transaccionáveis e definir as Áreas Sectoriais e Temáticas que se podem apresentar atractivas para o investimento.

Estão neste caso: os recursos hidrotermais ligados ao turismo, nomeadamente o turismo de saúde; actividades de lazer centradas na prática de golfe e observação da natureza; a criação de conjuntos turísticos (Eco-Resorts); indústrias ligadas ao ambiente, nomeadamente o aproveitamento da nova cadeia de valor relacionada com a problemática da gestão dos resíduos; desenvolvimento de novos sectores agro-industriais (por exemplo a aquicultura); desenvolvimento da área de logística internacional; estudo de áreas com potencialidades de serem desenvolvidas pelo sector privado, bem como o estabelecimento de parcerias público/privadas nas áreas transaccionáveis.

É objectivo da APIA compilar também dados relativos às oportunidades de investimento que vão sendo identificadas, através de dossiers de endereçamento com vista a promover a sua divulgação. A área dos aproveitamentos hidrotermais, nomeadamente através da criação de um primeiro dossier de endereçamento constituído pelas termas actualmente existentes, na posse do sector público, será uma das acções a implementar no curto prazo.

Tal como acontece a nível nacional, importa discriminar positivamente os projectos de investimento que sejam considerados de interesse regional. A APIA irá propor ao Governo Regional, se for considerado útil, a criação de um instrumento jurídico que determine as condições e os critérios a que deve obedecer um projecto para que seja classificado como um "Projecto de Interesse Regional (PIR)".

A APIA irá também realizar prospecção de potenciais investidores, para as áreas definidas como de interesse para a Região, quer através dos diferentes departamentos regionais, quer através de contactos directos já realizados com a nossa recente estrutura. Temos já alguns dossiers em análise que demonstram, com base num estudo ainda sumário, potencial interesse regional.

Importa também tentar implementar uma rede de contactos com organizações congéneres nacionais e internacionais.

Quanto ao relacionamento com a API – Agência Portuguesa de Investimento, pretendemos estabelecer brevemente um protocolo de actuação e cooperação. O relacionamento e a colaboração com essa organização congénere a nível nacional, tem vindo a decorrer da melhor forma, sendo nosso propósito continuar a trabalhar de um modo muito intenso.

É objectivo da APIA manter um estreito diálogo com as principais associações

empresariais portuguesas, sobretudo com a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores.

A APIA vai tentar ter uma participação activa nos diversos eventos, conferências, seminários, workshops, feiras sectoriais, do turismo, indústria, de investimentos nacionais e internacionais desde que se considere que essa participação possa trazer valor acrescentado para a Região.

A APIA tem consciência de que este trabalho é altamente especializado e que o aparecimento de resultados práticos, decorre sobretudo, ou quase exclusivamente, de contactos personalizados com os investidores. Vai pois, ser esse, o método principal de trabalho.

A APIA vai criar condições para a recepção de investidores e tentar obter a percepção das suas necessidades, bem como ajudar a apresentar os sistemas de incentivos existentes, a cargo da DRACE, e trabalhar as áreas Sectoriais e Temáticas, através de dossiers de endereçamento elaborados para esse fim.

Como referido anteriormente, se for essa a intenção do Governo Regional, a APIA vai também explicitar os pressupostos que estão na base dos critérios necessários para a obtenção de estatuto de Projectos de Interesse Regional.

Faz também parte das atribuições da APIA tentar ultrapassar os obstáculos de natureza administrativa que prejudiquem a confirmação da intenção de investimentos que sejam considerados úteis para a Região.

O seu esforço principal residirá no acompanhamento do processo de aprovação dos investimentos.

A APIA vai criar a figura do gestor do cliente – key account manager – entre o investidor e as entidades responsáveis pela aprovação dos projectos de investimento (SRE - Secretaria Regional da Economia, DRACE – Direcção Regional de Apoio à Coesão Económica) e entidades licenciadoras intercalares (outras secretarias regionais, direcções regionais, câmaras municipais e outros organismos oficiais).

Vai também tentar promover a existência de um grupo de trabalho que reúna numa entidade todos os intervenientes no processo de licenciamento de um projecto de investimento, de modo a proporcionar um método de aprovação e licenciamento dos projectos considerados PIR, de um modo mais célere e coerente.

É função da APIA o acompanhamento da realização e concretização dos projectos, tentando agilizar a tomada de decisões que dificultem a sua aprovação e implementação, através do desenvolvimento da actividade de contacto privilegiado entre o promotor e as diversas entidades oficiais regionais.

Deve ainda apresentar propostas de alteração dos processos instituídos e das práticas correntes que dificultem desnecessariamente a aprovação e licenciamento de projectos de investimento com vista a eliminar obstáculos e barreiras existentes.

A APIA, através dos instrumentos de capital de risco a nível nacional, poderá ainda ajudar à criação de condições financeiras que viabilizem a implementação de projectos de investimento que o justifiquem.

Vai ser um trabalho árduo, persistente e sobretudo discreto e silencioso, uma vez que assim o exige o respeito pelos investidores que em nós confiarem para os ajudar a implementar os seus projectos.





RUI BETTENCOURT

Certificat de Spécialité de Responsable de Projet de Formation, Certificat Général de Formation des Adultes, Cycle C em Prospective et Stratégie, Cycle C, Ingénieur CNAM, en Moteurs de Combustion Interne (Paris, MEN, CNAM). Licenciatura reconhecida pela Universidade dos Açores.

Desempenhou funções como Director Regional do Emprego e Formação Profissional nos VII, VIII e IX Governos Regionais, desempenhando actualmente o cargo de Director Regional do Trabalho e Qualificação Profissional.

No âmbito da sua acção como formador/consultor desenvolveu trabalhos em prospectiva, participou na elaboração de planos e concepção de dispositivos, bem como na gestão previsional dos empregos e qualificações.

Participou ou elaborou vários estudos específicos no âmbito da gestão dos Recursos Humanos, políticas e estratégias de formação e sistemas de ligação Emprego – Formação – Desenvolvimento (Ministério do Trabalho e dos Assuntos Sociais e Ministério da Educação Nacional franceses, Câmara de Comércio e Indústria de Paris, etc.).

A próxima década, será uma década de oportunidades

A próxima década poderá ser uma década de oportunidades para os açorianos, para os Açores e para as suas empresas.

Para tal, a intervenção do Programa Operacional para a Empregabilidade, POPE, para 2007 – 2013, dará um contributo decisivo, criando, neste início de Século, condições favoráveis a um novo ciclo de desenvolvimento da economia açoriana, baseado em objectivos de excelência, de novas condições de enquadramento geo-estratégico associadas à valorização do conhecimento – inovação, de qualificação generalizada de pessoas e instituições e de disseminação de novas práticas de empreendimento e de iniciativa.

Por isso, o POPE representa, em termos de concepção e de incidência, uma significativa viragem relativamente aos períodos de programação anteriores, na lógica da chegada de uma Nova Geração de Políticas para o desenvolvimento dos Açores.

As alterações introduzidas organizam-se em torno de algumas ideias estruturantes que vale a pena explicitar para compreender o alcance da nova programação:

- A nova programação assenta numa diversidade acrescida de medidas e acções-tipo, que é fundamentada não só pela inclusão de dois novos eixos de intervenção prioritária (a inovação e conhecimento para a competitividade e o desenvolvimento social), mas também por uma maior aposta na diversificação de acções-tipo orientadas para a melhoria das condições de empregabilidade;
- Reforça-se o contributo estratégico das acções financiadas para a estratégia global de desenvolvimento da RAA, estabelecendo as intervenções prioritárias em função de apostas claras em curso na Região, evidenciadas por diferentes políticas e instrumentos de programação validadas pelo Governo Regional;
- Assume-se um compromisso claro de qualificação do nível de intervenção já atingido em períodos de programação anteriores, designadamente no sentido de consolidar o esforço pioneiro que a Região realizou em termos de qualificação inicial da população jovem açoriana;
- Limita-se a participação dos serviços de administração pública regional na programação a acções exclusivamente organizadas em torno de projectos de modernização, de modo a libertar recursos para uma mais ampla incidência na população açoriana, canalizando-se meios para os sectores produtivos
- Ajusta-se decisivamente a programação ao contexto de partida em termos de dinâmica actual do mercado de trabalho e do panorama da economia açoriana em termos de competitividade e de desenvolvimento social, fazendo acompanhar tal ajustamento a uma visão prospectiva do desenvolvimento açoriano para o período 2007-2013;

- Capitaliza-se o facto de estarem em curso na Região diferentes exercícios de planeamento territorial e económico que veiculam visões estratégicas para o desenvolvimento da RAA que interessa capitalizar em termos de conhecimento do ponto de vista das suas implicações em termos de necessidades de qualificação, formação, inovação e competitividade;

- Valoriza-se o contributo estratégico de acções imateriais co-financiáveis para criar uma nova geração de políticas de desenvolvimento de combate à penalização da ultra-periferia, combinando mais activamente o esforço infra-estrutural (dominante em períodos de programação anteriores) com a prioridade absoluta da qualificação das pessoas e com a prioridade horizontal de reforço e disseminação da capacidade de iniciativa e de empreendimento (empreendedorismo de vários tipos).

O POPE 2007-2013 assume-se assim como um instrumento estratégico decisivo para a concretização na RAA de um novo ciclo de desenvolvimento.

O período de programação 2000-2006 acolheu na RAA um conjunto valioso de políticas públicas cujo alcance incidiu não só na aposta de uma plataforma de investimento infra-estrutural susceptível de criar condições mínimas em termos de condições de vida e de exercício da actividade empresarial, mas também num importante esforço de qualificação inicial da população jovem açoriana. Para além disso, foi concebido e concretizado um quadro regulador e de enquadramento de importantes políticas públicas sectoriais como, por exemplo, o plano regional de emprego, o ordenamento turístico, a gestão da água e do saneamento ambiental, as políticas de equipamentos colectivos, a política de ciência e tecnologia e a própria política de ordenamento do território açoriano.

Esse ciclo de desenvolvimento acolheu igualmente um período relevante de emergência da iniciativa privada com intensificação da actividade turística e do modelo de produção intensiva de leite na RAA e a emergência de uma nova dinâmica de actividades de serviços e distribuição.

A visão prospectiva do desenvolvimento da RAA no quadro da Europa das Regiões e como elemento proeminente da fachada atlântica da economia portuguesa aponta para a necessidade de atingirmos um novo patamar no modelo de desenvolvimento para a economia açoriana, no qual se consolide a afirmação progressiva de alguns traços diferenciadores:

- Excelência científica e tecnológica em domínios potencialmente competitivos como os da maritimidade, insularidade e sustentabilidade;
- Níveis mais significativos de autonomia energética, valorizando potenciais regionais inequívocos;
- Disseminação e valorização do papel das TIC como factor minimizador da ultra-periferia e da fragmentação territorial;
- Generalização de uma cultura de empreendimento, orientada para objectivos de inovação/competitividade;
- Criação de condições mínimas de geração de rendimento e fixação de emprego nas ilhas de menor

dimensão e com maior fragilidade demográfica (coesão territorial).

Este novo ciclo de desenvolvimento exige duas condições que interessa acautelar:

- Por um lado, a produção de conhecimento (papel do sistema científico e tecnológico) emerge como um novo factor relevante do enquadramento geo-estratégico dos Açores;

- Por outro lado, o aprofundamento das políticas de qualificação já iniciadas na sociedade açoriana, o aumento das taxas de participação e de actividade femininas e a necessidade de atrair população jovem qualificada para as áreas científicas e tecnológicas onde se pretende atingir o estatuto de excelência assumem no novo ciclo de desenvolvimento um estatuto de convergência prioritária de acções.

As linhas de estratégia para a intervenção do POPE são definidas em função do objectivo global de fazer alinhar as acções financiadas pela necessidade de contribuir activamente para a concretização do novo ciclo de desenvolvimento da economia açoriana.

As linhas de estratégia propostas para o novo período de programação revestem um duplo estatuto: o de prioridades de intervenção específicas e o de prioridades horizontais a toda a estratégia.

Em termos de linhas de estratégias conducentes a eixos de intervenção prioritária definem-se três grandes orientações estratégicas:

- A qualificação e diversificação das condições de empregabilidade;
- A valorização do sistema científico produtor de conhecimento relevante para a inovação e competitividade do modelo de desenvolvimento açoriano;
- A promoção de condições de coesão social no desenvolvimento emergente na economia açoriana.

Em termos de prioridades transversais que é necessário assegurar em toda a programação, avultam três grandes orientações estratégicas:

- A valorização e disseminação de novas capacidades de empreendimento e iniciativa a todos os níveis;
- Os incentivos ao aumento das taxas de actividade e de participação da mulher;
- A utilização exemplar e generalizada das TIC como grande instrumento de combate à fragmentação territorial e ao isolamento interno e internacional de grandes franjas da população açoriana.

Assim, os três eixos devem, na especificidade das suas medidas e acções-tipo, criar condições para a disseminação de novos comportamentos de empreendimento e de iniciativa, favorecendo a emergência de empreendedorismo de vários tipos: como complemento fundamental das políticas de empregabilidade e formação; empreendedorismo de oportunidade e com base em conhecimento científico e tecnológico e empreendedorismo de necessidade, ajustado às políticas de inclusão e desenvolvimento social.



MANUEL BRANDÃO ALVES

- Presidente da Direcção da Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC).

- Professor Catedrático de Economia na Universidade Técnica de Lisboa (UTL), Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG).

- Lecciona e desenvolve a sua actividade científica na área da economia regional e urbana.

- Presidente do Centro de Investigações Regionais e Urbanas (CIRIUS).

- Anteriormente: Director Geral do Ensino Superior; Vogal do Conselho de Administração do Instituto Nacional de Estatística (INE); Coordenador do Curso de Mestrado em Economia e Gestão do Território, do ISEG; Coordenador do Curso de Mestrado em Planeamento Regional e Urbano, da UTL.

mba@iseg.utl.pt

O microcrédito é mais dinheiro mal gasto?

A muito recente atribuição do Prémio Nobel da Paz de 2006 ao Prof. Mohammad Yunus, o grande profeta da criação e do desenvolvimento do microcrédito, só poderá surpreender os muito distraídos.

Paz e negócios financeiros são fazeres que nem sempre se conjugam nos mesmos tempos. Tal não acontece com o microcrédito. O microcrédito é um instrumento eficiente de combate à injustiça de que sofrem os pobres que são excluídos do crédito normal negociado pelo sistema bancário.

A atribuição deste Prémio Nobel chama-nos a atenção para o facto de que a verdadeira paz só se constrói tendo por base relações de justiça promotoras da dignidade da pessoa humana.

Veremos, a seguir, alguns dos elementos constituintes, essenciais, do microcrédito. Compreenderemos, depois, melhor, porque é que o microcrédito é uma arma poderosa na construção da paz.

1. Pontos prévios

É muito comum, na sociedade e cultura portuguesas, o pressuposto de que facilitar dinheiro aos pobres e desprotegidos é dar dinheiro a malandros e, portanto, atirar recursos para o desperdício. Pelo contrário, fazê-lo em relação aos ricos tem como pressuposto que o resultado será positivo.

Tanto um como outro, dos pressupostos, é falso. A história do microcrédito diz-nos que os que dele beneficiam sabem honrar os seus compromissos perante terceiros e conseguem transformar o dinheiro que é colocado à sua disposição em negócios geradores de emprego, de riqueza e de bem-estar, para si e para a sociedade como um todo. Pelo contrário, nem todo o dinheiro que é emprestado aos ricos gera necessariamente valor acrescentado, com a agravante de que os montantes por esta via envolvidos não têm termo de comparação com os da primeira.

Precisemos o que se deve entender por microcrédito.

Como o termo o indica, o microcrédito é um crédito de dimensão reduzida. Dizer isto pode parecer que é dizer tudo; é, no entanto, dizer muito pouco. Fica excluído o essencial. Guardar apenas esta ideia seria como que guardar o papel do embrulho e deitar fora o presente.

O microcrédito é o crédito financeiro, mas antes e depois disso é, sobretudo, a confiança, o crédito, que se deposita nos que são os seus protagonistas, para criarem o seu negócio, o seu posto de trabalho e riqueza, para si próprios e para toda a sociedade.

Vamos procurar ver: o que é que o justifica; em que condições pode ser atribuído e quais são os efeitos que gera.

Nas últimas décadas, o desafio e modo de vida de muitos de nós, tem sido o

de procurar promover e fazer desenvolvimento, progresso e bem-estar. Não nos tem sido muito difícil ter ambições e enunciar objectivos; somos capazes de identificar os recursos disponíveis, mas já tem sido muito mais penoso encontrar os caminhos para realizar os objectivos. Isto é, falta-nos capacidade organizativa. É como que ter todos os ingredientes para fazer um excelente bolo, mas não ter qualquer domínio sobre a receita ou modo de os combinar. Quando tal acontece ninguém pode se bem sucedido, qualquer que tenha sido a tarefa em que se tenha envolvido.

O desenvolvimento tem menos a ver com os recursos que temos, ou não temos, e mais com a nossa incapacidade para criar a receita ajustada. Por vezes somos bons imitadores; observamos o que fez sucesso em outros territórios e somos capazes de copiar a receita. O resultado é, normalmente, o insucesso, quer porque não sabemos aplicar bem a receita, quer porque é a própria receita que se não adequa às circunstâncias.

Qual é o segredo do ser-se bem sucedido? O segredo não pode deixar de ser o de acreditar nas pessoas que estão no território o no seu poder inventivo e de iniciativa. O mimetismo só produz sucesso quando é criativo.

São as pessoas que, no território, ao criar, propagar e cruzar raízes, tornam o espaço denso e, por isso sustentável. Não há desenvolvimento durável que se possa dispensar, também, de ser inclusivo de todos e das suas capacidades.

O movimento do microcrédito é uma peça essencial da construção da inclusão. Ele tem, antes de tudo, o significado de que se acredita que, pelo desenvolvimento, muito pode fazer um grande número dos que nos habituámos a acreditar que não eram capazes de fazer o que quer que fosse.

É tempo de mudar de atitude; chegou o momento de nos dispormos a dar-lhes crédito: o pequeno montante financeiro, em primeiro lugar mas, sobretudo, o crédito que consiste em acreditar. Toda a experiência do microcrédito, desenvolvida demonstra que os seus beneficiários são pessoas de crédito, pessoas em quem vale a pena acreditar. A outra face do microcrédito financeiro é o macrocrédito da confiança.

Com isso lucram, sem dúvida, os que acedem ao microcrédito, mas lucramos, sobretudo, nós: deixamos de ter que financiar os subsídios que antes lhes eram distribuídos e ajudamos a que pessoas que as circunstâncias da vida atiraram para situações de marginalidade passem, a ter emprego, a produzir bens e serviços, a pagar impostos e contribuições, a gerar empregos para outros, etc.

É um instrumento de política macroeconómica cujos efeitos multiplicadores são muito poderosos.

2. De onde vimos e para onde vamos

Porque é que o combate pela inclusão é um combate rentável? Para o justificar proponho-me desenvolver a reflexão em três pontos:

1. A promoção de uma competitividade sustentável, supõe uma sociedade cidadã

2. Na exclusão, também há quem tenha iniciativa e queira mudar de vida

3. O microcrédito é, apenas, um instrumento na promoção da dignidade de cada pessoa

2.1. A promoção de uma competitividade sustentável, supõe uma sociedade cidadã

Em qualquer processo de desenvolvimento, é, hoje, um objectivo incontornável ser-se parceiro activo e permanente da promoção de uma sociedade, mais justa, mais solidária e mais cidadã.

Uma sociedade mais justa é uma sociedade que devolve a cada um dos mais desprotegidos os caminhos da dignidade, mas é, também, uma sociedade que, duravelmente, torna cada um dos que o não são, mais incluídos, mais participantes e mais beneficiários da sociedade que fazemos.

O problema da pobreza e da exclusão não é um problema só dos pobres e dos desprotegidos; é um problema de todos e cada um de nós. Se não lhe soubermos dar resposta ficaremos todos a perder.

Seremos uma sociedade menos competitiva que, globalmente, produz menos riqueza, que se tornará menos geradora de progresso e, também, menos sustentável.

O que poderá ligar o objectivo de luta contra a pobreza ao da promoção da competitividade?

Tornou-se um consenso quase universal dizer-se, hoje, que a fonte do progresso e da criação de riqueza é a competitividade. Seremos tanto mais capazes de produzir valor acrescentado, quanto mais competitivos formos.

Pouco a pouco, foi-se criando a ideia de que a construção e a promoção da competitividade é um programa que supõe exclusão: ser competitivo implicaria uma atitude de eliminação ou subordinação de uns, para que outros pudessem ser competitivos.

Nenhuma teoria suporta um tão distorcido, embora generalizado, ponto de vista. A razão é simples: é que nenhuma sociedade será sustentadamente competitiva se tiver como suporte a promoção de mecanismos de exclusão.

A competitividade, isto é, a capacidade de, duravelmente, produzir progresso e riqueza, supõe uma sociedade inclusiva, isto é uma sociedade que dá, a todos e a cada um, a possibilidade de, de acordo com as suas capacidades, activamente, participar no grande movimento colectivo de criação de riqueza.

Temos vindo a confrontar-nos com cada vez maiores dificuldades em fazer diminuir a percentagem dos que bordeiam ou percorrem as avenidas da exclusão e da pobreza. 20% da população na pobreza, ou no seu limiar, é algo que não pode deixar de nos inquietar.

2.2. Na exclusão também há quem tenha iniciativa e queira mudar de vida

Temos sido muito pouco competitivos na compreensão desta questão. Somos muito tentados a compreender, apenas, na medida em que queremos ou somos capazes de intervir;

**Qual é o segredo do ser-se bem sucedido?
O segredo não pode deixar de ser o de acreditar nas pessoas que estão no território o no seu poder inventivo e de iniciativa. O mimetismo só produz sucesso quando é criativo.**

quase sempre, quando arriscamos a compreender mais, remetemos a responsabilidade da intervenção para outros.

No entanto, e apesar da complexidade da questão, cada um de nós pode ter uma agenda para o bloqueamento dos mecanismos da exclusão; para isso basta que entendamos que, todos, temos de nos dar as mãos e ousar acreditar que a promoção da iniciativa, da autonomia, da dignidade, do sentir-se bem consigo próprio, é o único caminho que promove a integração, a inclusão e a competitividade global.

A luta contra a pobreza, através de medidas de natureza assistencialista, foi, durante muito tempo, rainha; felizmente, têm vindo a ser desenhadas novas estratégias.

O assistencialismo continua a ser necessário; em muitos casos é, porventura, o único comportamento viável e eficaz; isso não significa que, nos outros casos, não possam e não devam ser mobilizadas soluções ou tentadas respostas alternativas.

Felizmente que, desde há já alguns anos outras soluções têm vindo a ser ensaiadas, nem sempre, no entanto, com a convicção e o apoio que mereceriam.

2.3. O microcrédito é, apenas, um instrumento na promoção da dignidade de cada pessoa

O movimento do microcrédito, tal como o conhecemos hoje, tem cerca de 30 anos e nasceu no Bangladesh pelas mãos do, pelo menos, desde há pouco, conhecido de todos nós: o Prémio Nobel da Paz 2006, o professor de economia Mohammad Yunus que, um belo dia, constatou que:

1. Aquilo que há muitos anos vinha ensinando na Universidade em pouco, ou nada, contribuía para gerar progresso e bem-estar junto dos mais de 90% dos seus concidadãos;

2. Uma das razões pelo que tal acontecia era o facto de que as pessoas eram, de geração em geração, rotuladas em duas categorias, os empreendedores, com iniciativa, e os que o não são e que, por isso, têm como missão trabalhar de forma acéfala ;

3. Para que a iniciativa dos que dela eram excluídos pudesse acontecer bastaria que lhes fossem concedidas as mesmas oportunidades que eram concedidas aos “empreendedores”;

4. Para isso, era preciso muito pouco dinheiro; com 27 dólares que retirou do seu bolso, o Prof. Yunus possibilitou que uma aldeia inteira, de 40 agricultores que até aí estavam submetidos a processos de agiotagem, se transformasse numa comunidade de agricultores, não dependentes, solidários e, em termos produtivos, muito eficientes;

5. Ao solicitar às instituições financeiras que se envolvessem nesse movimento de concessão de crédito aos mais pobres, elas a tal se recusaram, argumentando que se estava perante pessoas incapazes de oferecer garantias reais e em quem ninguém acreditava que fossem capazes de, autonomamente, produzir o que quer que fosse;

6. Para aquelas pessoas, a garantia mais segura não era a garantia real que não tinham mas, antes, a garantia da palavra dada: eram gente de palavra; gente de crédito;

7. Em mais de 99% dos casos, o pouco dinheiro que emprestou do seu bolso foi completamente reembolsado dentro dos prazos acordados.

Assim nasceu o microcrédito! Explodiu, de forma inesperada por todo o mundo: no terceiro mundo e no mundo desenvolvido. Em 2003 já mais de 50 milhões de pessoas tinham beneficiado, com êxito, do microcrédito. A projecções então estabelecidas indicavam que no fim de 2005 dele teriam beneficiado mais de 100 milhões, o que os dados mais recentes parecem confirmar.

O Prémio Nobel do Prof. Yunus vai, certamente, constituir uma poderosa alavanca para que o microcrédito possa ser uma alternativa para que seja possível o começo de vidas mais dignas, mais autónomas e mais desejadas de serem vividas.

Não nos iludamos, contudo. O Prémio Nobel não é nenhuma solução mágica que possa conduzir ao que quer que seja, sem o nosso esforço e atenção permanentes junto dos que ainda se encontram envolvidos nos mecanismos da pobreza e da exclusão. Para além disso, teremos que estar sempre atentos, porque não faltarão os que rotulando-se de promotores do microcrédito mais não estão procurando fazer do que rentabilizar fundos financeiros esquecendo-se que o fundamento do microcrédito são as pessoas e não os meios financeiros.

A iniciativa de microcrédito que o Governo Regional dos Açores, desde há pouco tempo vem promovendo deve, por todos, ser louvada e seguida com atenção. Está construída de acordo com os seus princípios do microcrédito. Todos desejamos que os seus destinatários potenciais possam ser, em cada vez maior número, os seus beneficiários efectivos e os seus principais divulgadores. Isso será o sinal mais evidente de que valeu a pena o microcrédito de que foram destinatários.



FÁTIMA SILVEIRA

Presidente do Núcleo Empresarial de São Jorge, detém também posição de Sócia Gerente nas empresas Transvelas Navegação e Trânsitos, Lda. e Fátima Silveira Unipessoal, Lda.

Concilia ainda as funções como Técnica Oficial de Contas com o cargo de Vereadora na Câmara Municipal de Velas de São Jorge. Foi, por diversos mandatos, Presidente do Conselho de Ilha, bem como da Associação de Apoio a Crianças Deficientes. É ainda associada e colaboradora de várias Instituições de Solidariedade Social.

São Jorge: Acessibilidades e Dimensão de Mercado enquanto Factores de Desenvolvimento

Os Açores estão inegavelmente diferentes e para melhor. Esta diferença é notória de alguns anos a esta parte, e é testemunhada por aqueles que aqui vivem e por todos aqueles que nos visitam, de um modo especial pelos nossos emigrantes. Porém, se é verdade que, quanto à qualidade de vida dos Açorianos, as melhorias são notórias, não é menos verdade que esta evidência é mais acentuada numas ilhas do que noutras. Quais as razões porque isto acontece e quais os meios para alterar e solucionar este problema? Embora estejamos conscientes da complexidade desta questão e reconheçamos serem diversos os factores que concorrem para esta situação, gostaríamos de salientar particularmente dois factores intrinsecamente interligados: a dimensão do mercado e as acessibilidades.

O mercado desempenha um papel determinante no desenvolvimento. E quando me refiro ao mercado digo especificamente a quantidade de pessoas que o compõem. Se num continente o mercado é genericamente transferível de cidade para cidade ou de vila para vila, nas ilhas o mercado é uma realidade mais fixa. Assim, as ilhas com maior número de habitantes têm indiscutivelmente, condições para um desenvolvimento mais rápido e acentuado. Se para isso contribui o investimento público, também é certo que hoje, mais do que nunca, o investimento privado desempenha um papel decisivo nesse processo.

Sabemos, contudo, que os empresários não investem independentemente do mercado e da sua dimensão. Os que o fazem – movidos por razões alheias às leis do mercado – acabam por se arrepender. A iniciativa privada visa o lucro, o que é natural, enquanto que a iniciativa pública deve visar prioritariamente a satisfação das necessidades colectivas. Se à iniciativa pública não se exige que ela seja determinada pela dimensão de mercado, à iniciativa privada não se pode esperar o mesmo.

Por ser determinante no desenvolvimento desigual entre as nossas ilhas, esta questão da dimensão do mercado agudiza um outro factor de desenvolvimento, que é o das acessibilidades. Por isso, S. Jorge – e com ela outras ilhas de reduzida dimensão demográfica – tem de ser urgentemente alvo de uma discriminação positiva por parte do Governo Regional, particularmente nesta questão das acessibilidades. É indispensável e urgente o investimento público na área das acessibilidades, já que o investimento privado tem os constrangimentos atrás referidos. S. Jorge pode contar com o seu mercado interno estável mas precisa de melhorar as suas acessibilidades como forma de facilitar e garantir um mercado flutuante que justifique investimentos em outras áreas



que não apenas o da agro-pecuária. Estou a pensar, por exemplo, na área do turismo e do lazer.

Assim sendo, importa determinar uma política de transportes que ao mesmo tempo que atenua a dupla insularidade de S. Jorge e a sua fraca dimensão demográfica, servindo para ampliar o mercado, promova estrategicamente um modelo de desenvolvimento integrado das ilhas do Grupo Central.

No que diz respeito ao transporte marítimo de passageiros é indispensável, pelo menos durante o Verão, aumentar o número de frequência de viagens e articular horários criando uma lógica entre o triângulo de forma a permitir a quem chega de avião ao Faial ou ao Pico se possa deslocar a S. Jorge e aqui permanecer os dias que desejar sem ser excessivamente condicionado pelos transportes. E se, pelos motivos já apontados, o investimento privado não pode alargar o horário de Verão diminuindo a sazonalidade, então o sector público deverá colmatar essa falha, sob pena de hipotecar o futuro desta ilha. De referir que S. Jorge até é geograficamente privilegiada por se localizar no centro do Grupo Central mas ainda não viu esta mais-valia ser devidamente capitalizada numa estratégia de desenvolvimento holística, coerente e sustentável.

Por outro lado, há que apressar a qualificação da pista do aeródromo de S. Jorge. A fragilidade do tecido empresarial de S. Jorge não suportará, por muito mais tempo, as penalizações que até hoje se verificam. Se, de momento, não

reclamamos voos directos para Lisboa, que a seu tempo se justificarão, não podemos deixar de exigir as melhorias necessárias para que não se assista a tantos cancelamentos e a desistência de procura deste destino pela insegurança que esta situação provoca.

A par destas questões, urge determinar, como já referimos, uma estratégia coerente de desenvolvimento sustentável de S. Jorge. E isso só é possível com projectos de desenvolvimento local capazes de gerar sinergias. Os jorgenses depositam grandes esperanças na criação do Ecomuseu de S. Jorge que, em boa hora, a Secretaria do Ambiente e do Mar apoiou, permitindo que seja um instrumento concebido, construído e posto em funcionamento por uma autoridade pública em conjunto com a população local. Esperamos, contudo, que esse "sistema de redes multirrelacionais que articulam pólos, recursos e complexos de valor patrimonial, geridos nos respectivos contextos ecológicos" se realize efectivamente numa perspectiva de desenvolvimento social e local, mobilizando diversos agentes e constituindo-se num recurso gerador de sinergias. Entendemos que este projecto, pelas suas características e por pretender capitalizar algo de único que S. Jorge tem, que é a sua especificidade natural e cultural, poderá ser o factor de desenvolvimento com carácter multiplicador que há muito aguardamos. Mas, uma vez mais, este projecto e outros projectos que visem o desenvolvimento de S. Jorge, depende, em grande medida, da resolução do problema das acessibilidades



**CARLOS MANUEL CÉSAR
DECQ MOTA**

Nascido a 15 de Novembro de 1954, casado, três filhos e actualmente reside em Ponta Delgada.

Desempenha desde 1999 funções no Grupo Banco Comercial Português – Millennium BCP – sendo actualmente o Director Delegado do grupo para a Região Autónoma dos Açores.

Iniciou a sua actividade profissional na área financeira em 1978 no Banco Comercial dos Açores (então Banco Micaelense) em Ponta Delgada, tendo naquela instituição permanecido até 1999.

Desempenhou as mais variadas funções, nos Açores e no continente português, sendo à data da sua saída para o BCP, Director Comercial para a rede de retalho da Região Autónoma dos Açores.

“Uma Marca, uma Empresa, uma Cultura, uma Prática”

Estes quatro elementos, proferidos isoladamente, poderão significar apenas aquilo que num normal dicionário, encontramos como a definição mais correcta:

Marca – Sinal distintivo.

Empresa – Sociedade ou companhia que explora ramos de actividade.

Cultura – Desenvolvimento de conhecimentos e das capacidades intelectuais gerais ou particulares.

Prática – Aplicação das regras e dos princípios, maneira de proceder.

No entanto, se os associarmos dentro de uma lógica sequenciada, estaremos a obter, um modelo de sucesso que naturalmente terá fortes probabilidades de sustentar e desenvolver qualquer empresa ou grupo de empresas, desde que o empresário, o líder e as suas equipas, sobretudo estas, interiorizem conceitos de gestão. Entre muitos outros, deverão considerar aqueles que elejo como se de dez mandamentos se tratassem:

1 – Construir

Construir é colocar “tijolo sobre tijolo sem recusar as fundações”, sem destruir em cada nova fase o que foi feito na anterior, sem parar a obra por falta de convicções e sem vacilações quanto ao rumo a seguir.

A dúvida é legítima e criadora, mas só até ser tomada a decisão e iniciada a acção.

Depois é avançar com determinação, confiando na liderança de quem manda e na capacidade da equipa.

2 – Estabilidade

É muito importante passar a ganhar no mercado o que antes se conquistava aos outros.

Por outro lado, a força e o peso da “Marca” permite estabilizar a estrutura, não inviabilizando a coordenação de objectivos, de acções e dos meios.

3 – Agilidade

Estabilidade não é imobilismo, é constância na imagem, nas orientações e sobretudo nas relações pessoais. Aí nasce a confiança. A estabilidade é indutora de agilidade. Para ser ágil basta ser simples.

Uma organização linear não tem cruzamentos nem desvios, a informação flui com mais rapidez e por via disto as decisões não sofrem atrasos.

A simplicidade é compreendida e apreciada. Devemos ser simples e fazer simples.

4 – Fazer diferente

Vale a pena mudar para fazer diferente.

Tentar novos caminhos para surpreender e para superar, para fazer melhor.

É sabido que as soluções conhecidas têm menos risco, são mais cómodas. Mas devemos aspirar a mais do que o sossego.

A mudança é perturbadora mas recompensa.

5 – Voltar a Empresa para for a

Estamos implantados na sociedade, como uma parte de tudo o que acontece na região e no país.

Em todo os locais, em todos os grupos sociais e em todos os acontecimentos, temos de acusar a nossa presença.

Sermos proactivos e aproveitar as oportunidades.

Um bom comercial está atento e encontra sempre forma de tirar partido das circunstâncias, reinventando o negócio.

Os clientes estão lá fora, a nossa obrigação é olhar para eles, falar com eles, compreender o que precisam e o que preferem.

Só se conquistam clientes, criando e oferecendo valor.

6 – Cost to Income

Rubrica difícil esta.

Fazer com que o rácio dos custos sobre os proveitos seja o mais baixo possível.

Deve ser uma preocupação, primeiro, compreendida por todos, depois praticada por todos, cada um ao seu nível próprio, no fundo é simples, não devemos, fora do investimento, gastar mais do que aquilo que ganhamos.

7 – Fazer bem à primeira

Bem à primeira nos objectivos, nas estratégias, na imagem, na reputação, no discurso e sobretudo na acção.

Não há espaço para experiências ao gosto ou à interpretação de cada um.

Existe um modelo que foi estudado, testado, com resultados e é este que tem de ser utilizado. Com melhorias e aperfeiçoamentos, mas sem improvisações e sem invenções.

As experiências pagam-se caro, em custos e confiança.

Devemos ser uma equipa disciplinada.

É preferível dar menos passos, mas dar os passos certos, o zig-zag não é permitido.

Dar os passos certos ajuda a ser ágil e eficiente.

8 – Ser uma Marca forte

É muito importante ser uma Marca forte.

Mas as marcas não nascem fortes, constroem-se.

Implica desde o início consistência na estratégia da comunicação.

Inovação, surpresa, diferença, presença constante nos principais meios de comunicação.

Especialização das mensagens e dos protagonistas.

Imagem de dinamismo e modernidade, crescimento dos níveis de notoriedade e recordação da publicidade.

Temos de agradar a todos e isto não é possível com recurso à fórmula única.

Tem de ser um discurso com distintas modulações para tocar as cordas sensíveis de cada um dos grupos específicos.

A “Marca” tem de estar nas agendas dos nossos clientes.

Depende de nós, ou seja, das nossas atitudes, dos nossos comportamentos, da nossa proactividade.

No fundo, estamos a conquistar o respeito do mercado.

9 – Sucessos passados não são garantia de resultados futuros

A conjuntura não está fácil.

Enfrentamos guerras de preços, que não devemos alimentar, mas a que não podemos fugir.

O preço é a arma de quem não tem outros argumentos.

O líder, ou aquele que pretende sê-lo, tem argumentos superiores:

- A capacidade instalada
- A posição de mercado
- A força da Marca
- A inovação
- A diversidade da oferta
- A rapidez da resposta
- A confiança

O negócio tem riscos, o mais óbvio dos quais é o de perder clientes.

No entanto um cliente que se sente “Único” não nos troca pelo preço, pelo menos enquanto formos dignos da sua confiança.

10 – Necessidade de investir no negócio

O negocio é a fonte de tudo o que somos e de tudo o que podemos ser.

São as margens do negócio que pagam os custos de financiamento.

Por isto os custos só se justificam se gerarem mais negócio.

O empresário deve estar preparado para investir no mercado e nos clientes.

Em pessoas, em tecnologia, em processos, em atenção e em dedicação.

Investimento é o “alimento”, o mais justificado é o que gera mais retorno.

Nada do que fica dito é novidade mas de vez em quando vale a pena visitar os “clássicos”. É assim em qualquer parte do mundo, deverá ser assim também nos Açores.

Ficam como reflexão quatro “citações”:

“O comerciante não tem personalidade, tem comércio”.

Fernando Pessoa in “Essência do Comércio”

“Os factos memoráveis dispensam as palavras memoráveis para os celebrar”

“Jorge Luís Belchior”

“A confiança não é um favor da parte dos outros, ela é a retribuição do trabalho bem feito”

“Russel L. Ackoff in “ Fábulas de Ackoff”

“A vida inspira-nos”

Assinatura do MillenniumBCP



**JOÃO ALBERTO
ÁVILA DE LIMA**

Licenciado em Línguas e Literaturas Modernas pela Universidade dos Açores com Mestrados em Literatura e Cultura Portuguesas e em Ciências da Educação pela mesma Universidade.

Foi director de Serviços do Emprego, na Direcção Regional da Juventude, Emprego e Formação Profissional e exerce actualmente o cargo de Director da ENTA – Escola de Novas Tecnologias dos Açores.

Qualificação de Recursos Humanos:

Empreender na Modernização da Economia Regional [PARTE II]

A mais-valia da formação tecnológica

Na sequência do que avançámos no número anterior, propomo-nos agora desenvolver a forma como a formação de especialização tecnológica pode intervir na promoção da inovação e do empreendedorismo no tecido empresarial regional. Neste contexto, procuraremos sintetizar aquele que tem sido (e será) o contributo da Escola de Novas Tecnologias dos Açores, uma das oito escolas tecnológicas portuguesas, e recentemente certificada na área da qualidade pela APCER, no âmbito da Norma NP EN ISO 9001:2000

Os cursos de especialização tecnológica, mais conhecidos por CET, são cursos especialmente configurados para fornecer ao mercado técnicos especialistas com uma qualificação profissional de nível IV.

A questão do elevado nível de qualificação e de especialização sempre foi um factor que as escolas tecnológicas procuraram preservar. Assim, sempre enveredaram por “produzir” recursos humanos de qualidade e por uma muito estreita ligação ao mundo empresarial, não se preocupando excessivamente com as questões da quantidade produzida.

A actuação das escolas tecnológicas sempre se pautou por uma relação privilegiada com as empresas, porque todas elas nasceram da associação de empresas e/ou de centros tecnológicos. Como contrapartida, estes associados exigem que lhes sejam fornecidos técnicos especialistas capazes de lhes trazerem novas técnicas e novas competências; em suma, o mundo empresarial espera que os jovens técnicos especialistas sejam motor de desenvolvimento e de inovação, factores determinantes para a sobrevivência e para o sucesso das empresas neste mundo cada vez mais globalizado em que vivemos.

De facto, só a qualidade dos recursos humanos produzidos poderá justificar o facto da taxa de empregabilidade destes jovens, nos últimos 5 anos, se situar nos 94%. Para além disso, 23,4% continua o seu percurso formativo ingressando no ensino superior, muitos com o estatuto de estudante trabalhador. Este é um percurso que se espera vir a ter uma maior adesão nos próximos tempos com as novas reformas implementadas no âmbito do Processo de Bolonha...

Um percurso formativo exigente

O sucesso dos cursos de especialização tecnológica (CET) deve-se, em grande parte, à configuração do percurso formativo percorrido pelos formandos. Em termos genéricos, estes cursos são destinados a formandos que tenham

terminado o ensino secundário e sejam possuidores de uma qualificação profissional de nível III.

Contudo, e uma vez que a grande maioria dos formandos que saem das escolas profissionais com a qualificação acima enveredam pela entrada no mercado de trabalho e/ou no ensino superior, foram criados no âmbito das escolas tecnológicas os chamados cursos de nivelamento. Por outras palavras, criou-se um dispositivo formativo (com a duração de dois semestres efectivos) que faz o nivelamento dos vários formandos possuidores do 12.º ano de escolaridade, oriundos das mais diversas instituições e, conseqüentemente, com uma grande heterogeneidade de competências. Assim, para além de servir para despistar os candidatos "menos aptos" ou motivados, os cursos de nivelamento servem, ainda, para homogeneizar o grupo de formandos, fornecendo-lhe os conhecimentos considerados essenciais como pré-requisitos para o ingresso no CET.

Terminado este "filtro" preparatório, os candidatos aprovados iniciam o seu curso de especialização tecnológica, o qual tem a duração de três semestres (dois semestres lectivos em sala e em laboratório/oficina, e um semestre de estágio em empresa), sendo que todo o processo formativo é desenvolvido com base na metodologia de projecto.

Após um percurso formativo de cinco semestres, em que 80% do currículo é eminentemente prático, é, pois, natural que as empresas reconheçam a estes jovens técnicos especialistas uma elevada qualidade e competência técnica, o que faz com que esta solução de formação pós-secundária não superior tenha grande sucesso e impacto no desenvolvimento e inovação do tecido empresarial.

Nos últimos dois anos tem-se verificado a tendência para alguns dos finalistas enveredarem por percursos do ensino superior. Esta é uma alternativa que se torna atraente para estes jovens, uma vez que, para além de gozarem de um contingente especial de acesso, têm ainda equivalência em algumas cadeiras realizadas.

ENTA - Escola de Novas Tecnologias dos Açores

A ENTA iniciou a sua actividade a 6 de Outubro de 1993 como Escola de Novas Tecnologias do INOVA (Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores), tendo obtido autonomia a 1 de Janeiro de 2001, por constituição de uma associação sem fins lucrativos, a Escola de Novas Tecnologias dos Açores – Associação, cujos sócios fundadores são:

- ✓ a Região Autónoma dos Açores;
- ✓ o INOVA – Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores;
- ✓ o INETI – Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação;
- ✓ a Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada;
- ✓ a EDA – Electricidade dos Açores, S. A.;
- ✓ a FTM – Fábrica de Tabaco Micaelense, S. A.;
- ✓ a CIMENTAÇOR – Cimentos dos Açores, Ld^a.

A ENTA nasceu com as empresas e tem merecido do mercado regional a distinção de entidade formadora de qualidade. Esta é uma constatação que se pode retirar, por exemplo, a partir da:

- ✓ elevada taxa de empregabilidade;
- ✓ inúmera oferta anual de locais para estagiar em contexto empresarial;
- ✓ análise dos resultados (ver quadro I) de um inquérito recentemente efectuado a ex-formandos que, entre outros aspectos, procurava verificar se aqueles estavam a ser utilizados nas áreas para que foram formados.

Quadro I

Cursos de Especialização Tecnológica
Relação entre a empregabilidade e a área de formação
(valores em percentagem)

	Anos				
	2001	2002	2003	2004	2005
Emprego na área de formação	100.0	50.0	77.8	94.4	83.3
Emprego fora da área formação		50.0	22.2	5.6	16.7

Por outro lado, e como consta do Quadro II, verificamos que a aproximação à empresa, através do estágio em contexto de trabalho efectivo durante um semestre, constitui um factor determinante para o sucesso pessoal e profissional dos formandos finalistas.

Quadro II

Cursos de Especialização Tecnológica
Importância do Estágio para a integração profissional
(valores em percentagem)

	Anos				
	2001	2002	2003	2004	2005
Importância do estágio					
Nada Importante		25.0		11.1	10.0
Pouco Importante				11.1	
Importante	20.0	75.0	33.3	22.2	20.0
Muito Importante	80.0		66.7	55.6	70

Outras áreas de intervenção da ENTA

O *mainstream* da intervenção regional da ENTA consubstancia-se, essencialmente, na formação tecnológica de nível IV, cujo sucesso se pode comprovar com integração regional de 86 técnicos especialistas formados nos últimos 5 anos, nas áreas da Produção Industrial e da Gestão de Redes.

Porém, a ENTA dedica-se, ainda, a outros projectos que têm também um forte impacto na modernização, desenvolvimento e inovação do tecido empresarial regional, como sejam, entre outros:

- ✓ o programa SEPROQUAL;
- ✓ o programa REACTIVAR;
- ✓ o Diploma de Competências Básicas em TIC;
- ✓ a Academia CISCO;
- ✓ a formação à distância.

No que concerne ao primeiro projecto, com o apoio da Secretaria Regional da Economia/Direcção Regional do Comércio, Indústria e Energia e dando cumprimento à sua missão de apoiar o tecido empresarial regional, a ENTA associou-se ao INOVA e à ALICONTROL no desenvolvimento do **Programa SEPROQUAL** – Segurança Alimentar e Promoção da Qualidade.

Este programa tem como objectivo apoiar o sector da restauração e as pequenas empresas comerciais, industriais e artesanais do sector alimentar, no desenvolvimento de sistemas de autocontrolo, de segurança alimentar e sensibilizá-las para a promoção da qualidade.

A intervenção da Escola de Novas Tecnologias dos Açores consiste na realização das respectivas acções de formação. Até ao momento, o programa já abrangeu mais de 300 formandos e 150 empresas, em todas as ilhas dos Açores.

O **Programa REACTIVAR** nasceu de um protocolo com a Direcção Regional da Juventude, Emprego e Formação Profissional / Direcção de Serviços do Emprego, visando o desenvolvimento de um projecto formativo para jovens desempregados, com o objectivo de os qualificar tecnicamente e garantir a sua escolaridade mínima obrigatória.

Uma vez que a ENTA está especialmente vocacionada para formar na área das tecnologias da informação e da comunicação, nos últimos dois anos já se realizaram duas edições do curso de "Instalação e Operação de Sistemas Informáticos", cujo volume de formação atingiu já mais de 35.000 horas.

Presentemente, está em preparação o lançamento de uma nova experiência formativa neste âmbito, para desempregados que frequentaram o 12.º ano de escolaridade mas que não terminaram o ensino secundário. O projecto em causa permitir-lhes-á, não só concluir a escolaridade, como também, adquirir uma qualificação profissional de nível III que lhes permita uma integração no mercado de trabalho ou o acesso à formação de nível IV ou universitária.

No que respeita ao **Diploma de Competências Básicas em Tecnologias da Comunicação**, a ENTA concebeu um projecto que foi aprovado pelo Fundo Regional da Ciência e Tecnologia e que prevê, em dois anos, formar

perto de 2500 candidatos com aquele diploma. Trata-se de uma acção inédita, uma vez que está especialmente configurada para ser integrada enquanto etapa do Plano Pessoal de Emprego da população desempregada e inscrita na Agência de Emprego de Ponta Delgada.

O grande crescimento da Internet e das Tecnologias e Serviços a ela associados, bem como a liberalização do mercado das Telecomunicações no nosso país, estão a originar uma procura de profissionais na área das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) bastante superior à oferta. De facto, estudos recentemente elaborados pela IDC (International Data Corporation) confirmam a existência na Europa Ocidental de um défice de profissionais habilitados a trabalhar em redes de comunicação.

Assim, a ENTA terá, até ao fim do corrente ano, uma **Academia Local CISCO** a funcionar em pleno nas suas instalações, de forma a dar uma resposta regional de qualidade, certificada e reconhecida internacionalmente, na área da formação em redes informáticas e telecomunicações.

O programa de **Academias de Networking** funciona de acordo com uma estrutura hierárquica, em que a Cisco cria e prepara as "Academias Regionais", as quais localizam, indicam e preparam as "Academias Locais". As Academias Regionais asseguram também a primeira linha de apoio técnico e logístico às academias locais.

Com esta academia local, a ENTA pretende, não só dar uma resposta capaz a todos os técnicos que estão no activo e não são certificados, como também preparar todos os seus formandos dos cursos de Gestão de Redes de nível IV para saírem da escola com a mais-valia desta certificação, criando-se na região uma rede de técnicos na área de networking.

O projecto mais recente da ENTA consta da instalação de uma plataforma para o **arranque da formação a distância**. Os equipamentos e a plataforma estão instalados e o processo vai iniciar-se a curto prazo com a formação pedagógica de formadores em sistema e-learning, através de um protocolo a assinar com a Direcção Regional do Trabalho e Qualificação Profissional, entidade certificadora na Região. A este, seguir-se-á um conjunto de outros cursos na área da pedagogia e da formação on-line, para formar recursos humanos capazes de coordenar e orientar futuras acções de formação nesta e noutras áreas.

Este é um processo que terá um forte impacto na formação de formadores nesta Região e, internamente, levará à modernização das metodologias pedagógicas utilizadas na formação tecnológica promovida por esta instituição. As infra estruturas da rede sem fios já estão configuradas, para que todo o edifício da escola esteja coberto e o acesso à rede seja fácil e generalizado.

Em suma, a Escola de Novas Tecnologias dos Açores, tal como o próprio nome indica, aposta na inovação e na modernização do mercado regional, desenvolvendo áreas de intervenção que vão muito para além do que, por questões de limitação de espaço, aqui se resumiu.

A aposta numa formação de qualidade garante-lhe um lugar de destaque na área da formação profissional e tecnológica, o que tem contribuído para o seu reconhecido mérito externo, comprovado, ainda, pela procura e candidatura de formandos oriundos de Portugal Continental e da Região Autónoma da Madeira.



JOSÉ DE CHAVES CARVALHO

Nascido a 03 de Setembro de 1937 no lugar da Calheta, freguesia de Santo Espírito, concelho de Vila do Porto, Santa Maria Açores.

Em 1950 fez o exame do 2º grau da escola primária – o equivalente ao nosso quarto ano escolar, antigamente chamada a quarta classe. Um mês depois deste exame, foi trabalhar como empregado de balcão num estabelecimento comercial do seu tio José Joaquim de Carvalho. Ficou a trabalhar na firma com outro colega até atingir os 18 anos de idade, altura em que vai trabalhar para uma companhia americana. Dois anos mais tarde foi admitido nos quadros da Câmara Municipal de Vila do Porto, com a categoria de Cobrador dos Serviços Eléctricos.

Em 1970 foi transferido para a Empresa Insular de Electricidade, actualmente a Empresa de Electricidade dos Açores (EDA), tendo terminado a sua carreira nesta Empresa em 1986, reformando-se antecipadamente com a Categoria Profissional de Escriurário Administrativo.

A partir de 1963 inicia a sua actividade empresarial.

José Carvalho

Atendendo à sua experiência como empresário na área do comércio, descreva-nos como desenvolveu o seu percurso profissional neste sector.

Em 1963 com a minha mulher Francisca Teresa Santos Dobreira, adquirimos um pequeno estabelecimento comercial, mais conhecido como Merceria, pelo valor de 35.500\$00 Nesta data a firma funcionava em nome da minha mulher, porque eu era funcionário público, situação que era incompatível com a iniciativa privada e dedicávamo-nos à venda de mercearias e líquidos.

Recordo as dificuldades de acessibilidades aéreas e marítimas que Santa Maria tinha, bem como a falta de instrumentos tecnológicos para o funcionamento do nosso dia-a-dia (máquinas, computadores, etc.).

Naquela altura, as nossas vendas iam melhorando, o espaço tornava-se pequeno, os conselhos dos nossos amigos e clientes e em especial do grande amigo, o Sr. Albino Coutinho Cabral, encorajaram-nos a construir um estabelecimento comercial de raiz, loja esta que aparece em 1974, mesmo ao lado da loja existente e com 250 metros quadrados de área comercial, distribuídos pelo rés-do-chão e primeiro andar. É nesta data que constituímos a sociedade por quotas T. Santos Dobreira, Lda., com um Capital Social de 200.000\$00 (valor em escudos), cujos sócios são José de Chaves Carvalho, Francisca Teresa Santos Carvalho e Maria Laçalete Dobreira Carvalho.

A firma hoje tem um Capital Social de €500.000,00 e emprega trinta e um Colaboradores, alguns deles já com mais de 20 anos na empresa. Esta equipa é gerida por mim e pela minha filha Maria Laçalete Dobreira Carvalho, ambos como sócios gerentes.

Em 1986 a empresa constrói um minimercado na rua Frei Gonçalo Velho Cabral. Este investimento aparece, em primeiro lugar, pela necessidade de satisfazer os residentes que habitam na zona histórica de Vila do Porto, e só em segundo lugar pela perspectiva de crescimento da nossa empresa. Já naquela data tínhamos a noção clara que uma das principais missões da nossa empresa era a sua função social e, conseqüentemente a satisfação dos nossos clientes. A prova está no excessivo tempo que este empreendimento levou a ser amortizado. Hoje satisfazemos os seus habitantes e a população em geral.

Neste momento, exercemos a nossa actividade em três estabelecimentos comerciais, dois deles já descritos e outro na zona habitacional do Aeroporto de Santa Maria. A necessidade destas populações foi, também neste caso, quem ditou a decisão da nossa empresa reformular o espaço que lá existia e construir um supermercado com 700 metros quadrados, contendo uma peixaria, talho e bar.

Realço o facto do investimento realizado na rua Frei Gonçalo Velho, já ter sido participado com incentivos, em resultado de uma candidatura aos programas governamentais existentes naquela data. Para os outros investimentos, não foram apresentadas quaisquer candidaturas. Mesmo assim, os investimentos não se deixaram de realizar, sendo demonstrativo do esforço que a nossa empresa imprimiu, investindo os seus resultados no melhoramento dos seus espaços comerciais e na satisfação dos seus clientes.

Considerando que a sua empresa já se encontra em actividade no comércio há longos anos, atravessando diversas fases de evolução, fale-nos um pouco das dificuldades sentidas e das iniciativas que levou a efeito para as ultrapassar.

Ao longo destes mais de quarenta anos de empresário, passei por momentos mais



folgados e momentos de apertar o cinto, a uma revolução, à criação da Região Autónoma dos Açores, às constantes alterações à legislação laboral, fiscal e económica.

Todos estes obstáculos foram transformados em estímulos que nos levaram a tomar decisões estruturais na empresa, tais como:

- A formação profissional dos colaboradores e sócios gerentes;
- A aderência a programas de formação com carácter de consultadorias na própria empresa;
- A melhoria constante da organização e qualidade dos nossos serviços;
- Estarmos sempre atentos a todos os programas governamentais e de outra origem, que venham de encontro às necessidades reais do nosso mercado.

Como pessoa que tem acompanhado muito de perto a evolução da economia de Santa Maria nas últimas décadas, na sua opinião, quais os aspectos mais relevantes que marcaram esse processo de desenvolvimento e o que perspectiva para o futuro desta ilha?

O aparecimento de obras estruturantes para o desenvolvimento de Santa Maria, tais como:

- O porto comercial e o de passageiros;
- A construção de mais dois hotéis, satisfazendo o número de camas na nossa ilha;
- O novo Centro de Saúde de Vila do Porto;
- Centro Comunitário da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto
- A manutenção em Santa Maria do Centro Oceânico de Controlo do Espaço Aéreo do Atlântico Norte;

A incrementação de hábitos desportivos nos nossos jovens, veio sem qualquer dúvida dinamizar algumas actividades desportivas que contribuem para o acréscimo da população flutuante na época baixa do turismo.

Estes são alguns dos principais motores que pautaram o desenvolvimento do tecido económico desta Ilha nos últimos 25 anos, não podendo deixar de realçar a grande importância que teve a construção do porto comercial e o de passageiros para o desenvolvimento sustentado do comércio de Santa Maria.

No início de 2005, criou-se o voo directo de Lisboa/Santa Maria/Lisboa, situação que veio melhorar as nossas ligações com o exterior, tanto a nível de passageiros como de carga aérea.

Saliento a necessidade de aumentar a frequência das ligações regionais com a ilha de São Miguel, principal motor da economia açoriana, pois as relações comerciais dos empresários marienses são essencialmente com a ilha vizinha.

Os investimentos que se perspectivam a médio e curto prazo, como o porto de recreio e o campo de golfe, são alguns dos aspectos que vêm dar uma nova confiança aos agentes económicos locais, acreditando no nosso futuro. A ilha de Santa Maria está a andar no caminho certo, não tão depressa quanto desejaríamos, mas os nossos empresários também não têm grande capacidade económica para investir.

Face à evolução do sector do comércio nos últimos tempos, que estratégia pretende imprimir à sua empresa nos próximos anos?

Neste momento, estamos a trabalhar com um gabinete de arquitectos, para a construção de um novo estabelecimento comercial, criado de raiz e adequado às necessidades dos dias de hoje e reajustado à dimensão de Santa Maria.

Este estabelecimento terá uma área comercial de 1100 metros quadrados e terá todas as características de uma grande superfície comercial equivalente às que conhecemos no exterior da ilha.

Logo que este processo esteja concluído, iremos enquadrar o investimento com os programas governamentais de apoio ao desenvolvimento económico.

A constante formação dos nossos colaboradores é uma directriz fundamental na nossa organização, pelo que aguardo com enorme expectativa o próximo Quadro de Referencia Estratégico (QRE) que se inicia já em 2007. Pelas notícias que têm vindo a público, este QRE incidirá principalmente na formação, aguardando com grande expectativa a sua implementação, pois terá de satisfazer as realidades das ilhas com menos população e com um tecido económico mais frágil e dependente.

Como encara o contributo dos sistemas de incentivos ao investimento para a modernização do comércio nos Açores?

A minha empresa acabou de concluir um projecto apoiado pelo SIDEL – Subsistema de Apoio ao Desenvolvimento Local – que consistiu na reformulação do espaço do nosso estabelecimento comercial da Rua Frei Gonçalo Velho

Cabral, bem como na construção de quatro câmaras de frio. Com este investimento podemos dar um melhor espaço e novas condições aos nossos clientes daquela superfície. Com o espaço de armazenagem criado com as quatro câmaras de frio, duas de congelação e duas de frio positivo, podemos melhorar os nossos stocks, satisfazendo a nossa rede actual (três estabelecimentos), melhorando assim as condições de preço e qualidade do produto, satisfazendo os consumidores finais. Saliente-se que com esta capacidade de armazenagem já podemos importar os produtos directamente de Portugal Continental e do estrangeiro.

No URBCOM de Vila do Porto, a nossa empresa candidatou os seus dois estabelecimentos que se encontravam enquadrados no mapa deste projecto. Assim, e para a loja da Rua Dr. Manuel Monteiro Velho Arruda e a loja da Rua Frei Gonçalo Velho, a nossa empresa apresentou alterações para as suas fachadas e telhado, reformulação do seu interior, aquisição de equipamentos informáticos e de novas estantes.

Sem qualquer dúvida os sistemas de incentivos ao desenvolvimento das economias locais, são um instrumento a ser usufruído pelo nosso tecido empresarial, pena é, que não tenham sido mais bem aproveitados.

Sobretudo a partir do início de 2005, o Governo Regional tem prestado uma particular atenção ao reforço da coesão económica no espaço regional, promovendo uma discriminação positiva dos apoios ao investimento, em benefício das ilhas de Santa Maria, Graciosa, S. Jorge, Flores e Corvo. Qual considera ser o impacto destas medidas na dinamização da economia de Santa Maria?

A discriminação positiva que foi criada a partir de 2005 em benefício das ilhas mais pequenas, nas quais Santa Maria se inclui, foi uma medida que há muito tempo deveria ter sido implementada. A hierarquização das candidaturas aos programas de incentivos, fez em muitos casos que projectos apresentados por empresários marienses não fossem abrangidos, pois empresas com maior capacidade apresentavam projectos com elevada pontuação, esgotando o plafond disponível para os programas e suas fases. Assim, estes empresários não receberam o prémio pelo investimento executado.

Na actual realidade, com os programas abertos todo o ano, sem plafond atribuído e sem serem hierarquizados com candidaturas de outras ilhas com maior capacidade empresarial, estão assegurados os mecanismos necessários para que os empresários marienses possam aproveitar para modernizarem os seus estabelecimentos. Quer-se agora criatividade para terem iniciativas empreendedoras e encontrarem a melhor forma de financiarem os seus investimentos.

Aproveito esta oportunidade para recordar aos senhores empresários marienses, que sem autonomia financeira das nossas organizações, não existe qualquer remédio que as possa valer.

Saliento a necessidade de aumentar a frequência das ligações regionais com a ilha de São Miguel, principal motor da economia açoriana, pois as relações comerciais dos empresários marienses são essencialmente com a ilha vizinha.

Novos Sistemas de Incentivos Regionais

Empreende Jovem – Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo

O Empreende Jovem é um sistema de incentivos destinado a apoiar o empreendedorismo jovem e qualificado.

Esta medida de apoio, que entrou em vigor a partir de 1 de Agosto de 2006, reflecte uma aposta na promoção da inovação, do desenvolvimento tecnológico, da formação e qualificação dos recursos humanos e da dinamização do espírito empreendedor.

Pretende-se que seja estimulada a criação de uma cultura empresarial, onde as empresas procurem progredir na cadeia de valor, num ambiente económico global, competitivo e agressivo, onde a mutação técnica e tecnológica de conceitos, de processos e de produtos é cada vez maior e mais rápida.

PROENERGIA – Sistema de incentivos à produção de energia a partir de fontes renováveis

O PROENERGIA é um sistema de incentivos que tem como objectivo estimular o aproveitamento dos recursos energéticos endógenos para a produção de electricidade ou para a produção de outras formas de energia, essencialmente para o auto consumo do sector privado, cooperativo e residencial doméstico.

Pretende-se, assim, prosseguir e maximizar o aproveitamento dos recursos energéticos endógenos, garantindo simultaneamente os mais elevados níveis de qualidade da energia disponibilizada a todos os açorianos, sem descuidar as questões ligadas à sua correcta utilização.

Este sistema entrou em vigor a partir de 1 de Agosto de 2006.

Empreende Jovem

Objectivos

a) Estimular o incremento de uma nova cultura empresarial, baseada no conhecimento e na inovação, introduzindo em simultâneo uma cultura de risco e vontade empreendedora;

b) Estimular a criação da própria empresa por parte de jovens titulares de cursos ministrados pelo ensino superior universitário ou politécnico ou de cursos de formação tecnológica e profissional de níveis III e IV;

c) Promover estágios de longa duração, até um ano, dirigidos a jovens titulares de cursos ministrados pelo ensino superior universitário ou politécnico ou de cursos ministrados por escolas de formação tecnológica de nível IV;

d) Permitir às empresas receptoras dos jovens estagiários a incorporação de práticas inovadoras, ao nível da gestão e dos processos, do mercado e do produto, que lhes permitam a transição para uma nova cultura empresarial, mais orientada para os novos factores chave de sucesso;

e) Aproximar as universidades e as escolas onde sejam ministrados cursos tecnológicos e profissionais das empresas mediante a criação e intermediação da figura «entidades orientadoras».

Estrutura do Sistema

O Empreende Jovem contempla as seguintes medidas:

a) Medida n.º 1 – Apoio à criação de empresas;

b) Medida n.º 2 – Apoio a estágios profissionais.

Medida 1 Apoio à criação de empresas



Âmbito

São susceptíveis de apoio no âmbito desta medida os projectos que promovam a criação de empresas detidas pelo menos em 75% por jovens empreendedores, nos termos definidos em Promotores, abaixo, que se enquadrem nas seguintes tipologias:

a) Serviços orientados para o turismo e o lazer, tais como aproveitamento turístico do património, circuitos turísticos, organização de excursões de âmbito local, animação e informação turística e iniciativas no domínio do turismo rural e ecológico;

b) Serviços no domínio do ambiente, de controlo de normas de qualidade e de recuperação do património, designadamente prevenção e controlo da poluição, serviços de controlo de qualidade e de informação e apoio técnico, protecção e recuperação do património ambiental, aproveitamento local de resíduos e instalação e assistência técnica de equipamentos;

c) Actividades no domínio das ciências do mar, da biotecnologia e das tecnologias agro-alimentares, tecnologias da saúde, tecnologias da informação e energias renováveis;

d) Serviços orientados para actividades culturais, nomeadamente protecção e recuperação do património cultural e histórico, comercialização e distribuição de produtos culturais, promoção de espectáculos e actividades recreativas, desportivas, de entretenimento e afins;

e) Serviços com objectivos de renovação urbana e de segurança de edifícios, nomeadamente manutenção e reparação de edifícios e habitações, actividades e outros projectos de segurança de edifícios, jardinagem e embelezamento de espaços;

f) Serviços de apoio às empresas locais, tais como traduções, contabilidade, consultadoria, informática, multimédia, audiovisual e publicidade;

g) Actividades de tempos livres, in-

cluindo as actividades de sala de estudos, explicações e outras afins, actividades de aconselhamento de jovens, informação e orientação vocacional e profissional e prestação de apoio na preparação e lançamento de projectos.

Podem ainda ser objecto de apoio outras actividades, de carácter inovador e de importância estratégica para o desenvolvimento regional, desde que reconhecidas para o efeito por Resolução do Conselho do Governo.

Promotores

Podem beneficiar desta medida empresários em nome individual, estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada, sociedades comerciais ou cooperativas, detidas em pelo menos 75% por jovens entre os 18 e os 35 anos, titulares de cursos ministrados pelo ensino superior universitário ou politécnico, ou de cursos de formação tecnológica ou profissional de níveis IV e III.

Limite de investimento

O investimento elegível não pode ultrapassar €200.000, embora o investimento total possa ser superior a esse limite.



Medida 2 Apoio a estágios profissionais

Incentivo

O incentivo a conceder aos projectos reveste a forma de subsídio não reembolsável e reembolsável à taxa de juro zero, sendo determinado de acordo com o montante de investimento elegível e com a localização do projecto:

a) Para os projectos localizados nas ilhas de Santa Maria, Graciosa, São

Jorge, Flores e Corvo, o incentivo não reembolsável resulta da aplicação de uma taxa de 40% sobre o montante das despesas elegíveis e o incentivo reembolsável à taxa de juro zero será de 35% dessas aplicações relevantes;

b) Para os projectos localizados nas restantes ilhas, o incentivo não reembolsável resulta da aplicação de uma taxa de 30% sobre o montante das despesas elegíveis e o incentivo reembolsável à taxa de juro será de 35% dessas aplicações relevantes.

O prazo de reembolso dos empréstimos é de 10 anos, com os 3 primeiros anos de carência.

Às taxas de incentivo não reembolsável referidas no número anterior acresce-se uma majoração de 5%, que visa premiar a execução das três melhores ideias apresentadas no âmbito do Concurso Regional de Empreendedorismo, promovido pela Secretaria Regional da Economia.

Apresentação de candidaturas

A apresentação de candidaturas é efectuada mediante o preenchimento de um formulário electrónico, disponível em www.azores.gov.pt.

Entidades promotoras, destinatários e entidades orientadoras

Podem beneficiar desta medida empresários em nome individual, estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada, sociedades comerciais ou cooperativas existentes há mais de três anos, que cumpram os requisitos de pequenas e médias empresas (PME), de acordo com o conceito constante da Recomendação n.º 2003/361/CE, da Comissão Europeia, de 6 de Maio, que se candidatam à realização de estágios profissionais e que se insiram nas seguintes actividades da Classificação Portuguesa das Actividades Económicas (CAE), revista pelo Decreto-Lei n.º 197/2003, de 27 de Agosto:

- a) Indústria: divisões 10 a 37 da CAE;
- b) Construção: divisão 45 da CAE;
- c) Comércio: divisões 50 a 52 da CAE;
- d) Serviços: divisões 72, 73, 74 e 90 e subclasses 01410 da divisão 01 e 02012 e 02020 da divisão 02 da CAE;
- e) Turismo: actividades incluídas nos

grupos 551, 552, 553, 554, 633, 711 e as actividades declaradas de interesse para o turismo pela Direcção Regional do Turismo e que se insiram no grupo 714, nas classes 9211, 9232, 9233, 9234, 9261, 9262 e 9272 e nas subclasses 93041 e 93042 da CAE.

Por Despacho do Secretário Regional da Economia poderão ser objecto de apoio projectos promovidos por empresas de outros ramos de actividade.

São destinatários da Medida 2 jovens entre os 18 e os 35 anos que reúnam as seguintes condições:

Estágios nas empresas da Região – encontrarem-se à procura do primeiro emprego ou de novo emprego, não terem qualquer vínculo com a entidade promotora nos dois anos anteriores à apresentação da candidatura e serem titulares de cursos ministrados pelo ensino superior universitário ou politécnico ou de cursos ministrados por escolas tecnológicas de nível IV;

Estágios fora da Região – serem quadros de empresas que se candidatem à realização de estágios profissionais no País ou no estrangeiro que visem uma qualificação profissional de alto nível e serem titulares de cursos ministrados pelo ensino superior universitário ou politécnico, de cursos ministrados por escolas tecno-lógicas de nível IV ou possuidores de carteira profissional na actividade desempenhada.

São entidades orientadoras dos estagiários nas empresas da Região as universidades, os institutos politécnicos, as escolas tecnológicas, as entidades do sistema científico e tecnológico nacional, ou outras entidades de reconhecida idoneidade aprovadas pela Direcção Regional do Trabalho e Qualificação Profissional, e têm como atribuição o acompanhamento do estagiário ao longo do seu estágio, nos termos a definir em protocolo.

Despesas elegíveis

Considera-se despesa elegível, no caso dos estágios nas empresas da Região, a bolsa de estágio mensal, desde o início do estágio e durante a sua vigência, no montante de:

- a) 1,75 vezes a remuneração mínima mensal mais elevada garantida por lei para os estagiários de nível IV;
- b) 2 vezes a remuneração mínima mensal mais elevada garantida por lei para os estagiários com grau igual

ou superior a licenciatura.

Considera-se despesa elegível, no caso dos estágios fora da Região a bolsa de estágio mensal, desde o início do estágio e durante a sua vigência, no montante de 2,5 vezes a remuneração mínima mensal mais elevada garantida por lei.

Para além da bolsa de estágio, serão ainda elegíveis as seguintes despesas com estagiários:

- a) Seguro de acidentes de trabalho e, para os estagiários em estágios fora da Região, seguro mundial de saúde;
- b) Subsídio de alimentação pelo número de meses afectos ao estágio, à excepção do período de férias, de montante igual ao atribuído aos funcionários e agentes da Administração Pública;
- c) Subsídio de alojamento, quando a localidade em que decorrer o estágio distar 50 km ou mais da localidade de residência, com os limites máximos mensais de 30% ou de 50% da remuneração mínima mensal mais elevada garantida por lei, respectivamente para os estagiários nas empresas da Região e fora da Região;
- d) Despesas de transporte, por motivo de frequência do estágio, correspondentes ao custo das viagens realizadas em transporte público, até ao limite máximo mensal de 12,5% da remuneração mínima mensal mais elevada garantida por lei;
- e) Despesas com as passagens aéreas de ida e de volta entre a Região e o local de destino do estágio, para os estagiários em estágios fora da Região.

Comparticipação pública

A participação pública a atribuir à entidade promotora é fixada em 75% do valor das bolsas de estágio, sendo de 100% quando o estagiário for portador de deficiência. São financiadas na totalidade as restantes despesas elegíveis.

É atribuída à entidade orientadora uma compensação financeira no valor mensal de 40% da remuneração mínima mensal mais elevada garantida por lei, por estagiário, sendo aquela percentagem de 50% quando o estagiário for portador de deficiência.

Apresentação de candidaturas

A apresentação de candidaturas é efectuada mediante o preenchimen-

to de um formulário electrónico, disponível em www.azores.gov.pt.

Anualmente, por despacho do Secretário Regional da Economia, serão definidas as fases de candidatura e as respectivas datas limite, bem como o número máximo de estagiários a apoiar em estágios fora da Região.

Por Resolução do Conselho do Governo é estabelecido o limite orçamental para a concessão de apoios aos estágios nas empresas da Região.

O estágio deverá ter uma duração máxima de um ano, incluindo os meses de férias, e uma duração mínima de seis ou três meses, respectivamente, para os estágios nas empresas da Região e para os estágios fora da Região.

Em cada fase de candidatura, a entidade promotora não poderá apresentar mais de três estagiários.

Legislação

Decreto Legislativo Regional n.º 27/2006/A, de 31 de Julho, que cria e regulamenta o Empreende Jovem.



PROENERGIA

Âmbito

São susceptíveis de apoio, no âmbito do PROENERGIA, projectos destinados essencialmente ao autoconsumo que envolvam:

a) Investimentos na exploração de recursos energéticos renováveis para microprodução de energia, utilizando recursos hídricos, eólicos, de biomassa, solares fotovoltaicos e ainda no domínio da microcogeração de electricidade e calor para utilização em edifícios;

b) Investimentos na utilização do recurso solar térmico e termodinâmico para produção de águas quentes;

c) Investimentos em instalação de sistemas de gestão energética em edifícios que permitam uma melhor repartição do consumo de electricidade.

Promotores

Pequenas e médias empresas, cooperativas e associações sem fins lucrativos e pessoas singulares ou condomínios.

Limite mínimo de investimento

Pessoas singulares ou condomínios: €1000

Pequenas e médias empresas, cooperativas e associações sem fins lucrativos: €15.000.

Incentivo

O incentivo a conceder reveste a forma de subsídio não reembolsável, correspondendo a 25% das despesas elegíveis, com os seguintes limites máximos, em valor absoluto:

a) €250.000 para os projectos promovidos por pequenas e médias empresas, cooperativas e associações sem fins lucrativos;

b) €1000 por fogo para os projectos promovidos por pessoas singulares ou condomínios.

No caso de os investimentos se realizarem nas ilhas de Santa Maria, São Jorge, Graciosa, Flores e Corvo, a taxa mencionada acima passará a ser de 35%.

Nos casos em que os investimentos se realizem em zonas sem acesso directo à rede eléctrica regional e em que o custo do acesso seja igual ou superior a €10.000, a taxa do incentivo será de 50% das despesas elegíveis.

Apresentação de Candidaturas

As candidaturas são entregues na Direcção Regional de Apoio à Coesão Económica, nos serviços por si tutelados, ou nos Serviços de Ilha da Secretaria Regional da Economia. O formulário de candidatura pode ser obtido nesta Direcção Regional ou em www.azores.gov.pt.

Informações e contactos

Direcção Regional de Apoio à Coesão Económica

Praça Gonçalo Velho Cabral, 3

9500-063 Ponta Delgada

Tel: 296209800

Fax: 296209848

drece@azores.gov.pt

www.azores.gov.pt

Direcção Regional do Comércio, Indústria e Energia

Direcção de Serviços de Energia

Rua do Mercado, 21 R/C

9500-326 Ponta Delgada

Tel: 296209800

Fax: 296209869

drci@drci.aa.pt

www.azores.gov.pt

A leitura desta informação não dispensa a consulta da legislação aplicável.

Regime de Apoio ao Microcrédito Bancário

uma relação de confiança

O objectivo do Regime de Apoio ao Microcrédito Bancário, em vigor na Região Autónoma dos Açores, é aproveitar o potencial e a vontade empreendedora de pessoas com dificuldades ao nível da integração económica e social, através de um risco partilhado entre os poderes públicos e as instituições de crédito que manifestaram interesse em aderir a este regime.

Entidades bancárias protocoladas



CAIXA ECONÓMICA DA
MISERICÓRDIA DE
ANGRA DO HEROÍSMO



Contactos

Direcção Regional da Solidariedade e Segurança Social / Instituto de Acção Social: **296 307 520**

Direcção Regional do Trabalho e da Qualificação Profissional: **296 308 000**

Direcção Regional de Apoio à Coesão Económica: **296 209 800**

Proporcionar aos mais desfavorecidos os instrumentos para poderem participar no mundo do trabalho, orientar quem inicia os primeiros passos no mundo produtivo, aumentar as fontes de rendimento de quem mais necessita e promover a auto-estima são, em breves palavras, os desígnios do microcrédito.

O microfinanciamento desenvolve os sectores privados locais, favorece o aparecimento de pequenos negócios, contribui para o crescimento das microempresas e facilita a infra-estruturação vertical da nossa economia, de que as empresas maiores necessitam. Ao permitir a criação de riqueza, gera novos consumidores e promove novos mercados para as empresas de todas as dimensões.

Com efeito, é reconhecido que o microcrédito tem contribuído de forma relevante, em todo o mundo, para melhorar a vida dos mais desfavorecidos e para reduzir a pobreza. Este reconhecimento culminou com a atribuição, em 2006, do prémio Nobel da Paz a Muhammad Yunus, considerado o pai do microcrédito.

Contrariamente a outros programas de protecção social, o microcrédito baseia-se numa lógica de risco/retorno, exigindo a viabilidade económica das iniciativas desenvolvidas. O microcrédito dignifica as pessoas e eleva a sua auto-estima.

Quem for seleccionado para ter este financiamento, sente que foi merecedor da confiança das Instituições bancárias e dos vários departamentos do Governo intervenientes nesta medida e, simultaneamente, fica consciente da responsabilidade de corresponder à confiança depositada.

O Regime de Apoio ao Microcrédito Bancário nos Açores ficou totalmente operacionalizado a partir de 29 de Novembro de 2006.

Beneficiários

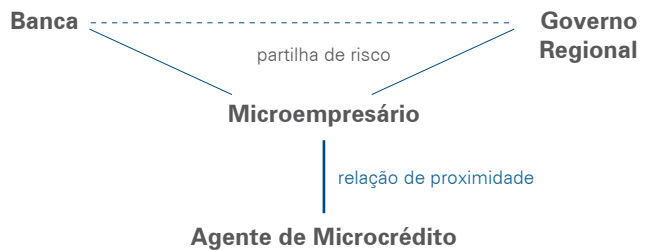
Desempregados, à procura de primeiro ou de novo emprego, com idade igual ou superior a 18 anos e sem

recursos económicos para o acesso a crédito bancário pelas vias normais.

Características da linha de microcrédito

1. Modalidade do empréstimo: mútuo
2. Montante mínimo de empréstimo: € 500
3. Montante máximo de empréstimo: € 15.000
4. Prazos de reembolso:
 - a) 4 anos, com 1 ano de carência → >= € 500 e < € 5.000
 - b) 5 anos, com 1 ano de carência → >= € 5.000 e < € 10.000
 - c) 7 anos, com 1 ano de carência → >= € 10.000 e <= € 15.000
5. Taxa de juro: Euribor a 3 meses, acrescida de 1,5 p.p.
6. Os juros serão integralmente suportados pelo Governo Regional
7. Relativamente ao capital em dívida, caso se verifique insolvência, haverá uma partilha de risco entre o Governo Regional e as instituições de crédito protocoladas.

UMA RELAÇÃO DE CONFIANÇA



Rede de agentes com vista à divulgação do microcrédito, identificação dos potenciais promotores, apoio técnico na preparação dos projectos, acompanhamento do ciclo completo dos projectos e avaliação do trabalho realizado

MODELO DE OPERACIONALIZAÇÃO DO REGIME DE APOIO AO MICROCRÉDITO BANCÁRIO



Notícias



Empreende Jovem Medida 2 Apoio a estágios profissionais

A Universidade dos Açores (UA) e a Escola de Novas Tecnologias dos Açores (ENTA) acordaram com a Secretaria Regional da Economia a sua participação como Entidades Orientadoras dos estágios nas empresas açorianas, apoiados no âmbito da Medida 2 do sistema de incentivos Empreende Jovem.

Os protocolos que estabeleceram aquela ligação foram assinados a 16 de Outubro, estando presentes Jorge Medeiros, Vice-Reitor da UA, João Lima, Director Executivo da ENTA, numa cerimónia pública presidida pelo Secretário Regional da Economia, Duarte Ponte, na qual também participaram o Director Regional do Comércio, Indústria e Energia, José Luís Amaral, e o Director Regional de Apoio à Coesão Económica, Arnaldo Machado.

No âmbito da Medida 2 do Empreende Jovem, que permite o apoio à realização de estágios, e no que concerne especificamente aos estágios nas

empresas açorianas, dirigidos aos jovens à procura de primeiro ou de novo emprego, titulares de cursos ministrados pelo ensino superior ou politécnico ou de cursos de nível IV ministrados pelas escolas tecnológicas, o regulamento (Decreto Legislativo Regional n.º 27/2006/A, de 31 de Julho) determina que o estagiário seja acompanhado por um orientador designado pela Entidade Orientadora. O orientador terá como funções efectuar o acompanhamento sistemático do estagiário em todas as questões por ele suscitadas, de carácter técnico e pedagógico, supervisionando o seu progresso face aos objectivos do estágio; ava-

liar no final do estágio os resultados obtidos pelo estagiário; apresentar à Direcção Regional de Apoio à Coesão Económica um relatório intercalar e um relatório de avaliação final do estágio, com vista à aferição do cumprimento dos objectivos estabelecidos no projecto; e efectuar a interligação entre o estagiário e o responsável indicado pela empresa como elemento coordenador do projecto de estágio.

No futuro poderão ser protocoladas outras entidades como Entidades Orientadoras dos estágios nas empresas açorianas, no âmbito da Medida 2 do Empreende Jovem.



Assinatura dos protocolos da Medida 2 do Empreende Jovem

Empreende Jovem Sessão de esclarecimento na Madalena do Pico

O Empreende Jovem – Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo esteve em destaque numa sessão de esclarecimento realizada a 19 de Outubro, na vila da Madalena, Pico.

Num encontro que serviu para esclarecer empreendedores, empresários e potenciais empresários e ainda investidores, foram apresentadas e discutidas as duas medidas previstas naquele sistema de incentivos: Medida 1 – Apoio à criação de empresas; e Medida 2 – Apoio a estágios profissionais.

Para apresentar o Empreende Jovem e responder às questões colocadas pelos participantes, estiveram no Auditório da Escola Secundária Cardeal D. José da Costa Nunes, o Director Regional de Apoio à Coesão Económica, Arnaldo Machado, e o Presidente da Associação Empresarial do Pico, Daniel Rosa. Esta sessão contou com a presença de inúmeros interessados.



Sessão de esclarecimento despertou interesse na população local

Gala do Empreendedor 2006

Decorreu no dia 6 de Novembro a Gala do Empreendedor relativa à primeira edição do Concurso Regional de Empreendedorismo.

A Gala do Empreendedor, que decorreu no Hotel Royal Garden, em Ponta Delgada, iniciou-se com uma palestra sobre empreendedorismo, proferida por Alberto de Castro, da Universidade Católica do Porto. Seguidamente, foi efectuada, pelo Director Regional de Apoio à Coesão Económica, uma breve apresentação dos critérios seguidos pelo Júri para a classificação das candidaturas a concurso, bem como uma referência genérica relativa às três candidaturas premiadas. Seguiu-se a entrega dos troféus aos três primeiros projectos, tendo sido ainda distribuídos certificados de participação a todos os intervenientes presentes no evento. A Gala do Empreendedor foi encerrada pelo Secretário Regional da Economia, Duarte Ponte, em nome do Presidente do Governo Regional, seguindo-se um cocktail e a actuação da Tuna Académica da Universidade dos Açores.

Os três premiados foram o projecto “Ilhas d’Aventura Mini-Golfe”, na

área da animação turística, de Ricardo Borba e Filipe Costa, que arrecadou o primeiro lugar; “Etaçor”, na área dos ecocombustíveis, de Fernando Matos e Marlene Gomes, com o segundo lugar; e “BioConsulting”, na área da consultoria em biotecnologias, de Marília Botelho, Rui Botelho e Vítor Oliveira, com o terceiro lugar.

Tratando-se de um evento destinado a promover a notoriedade e o reconhecimento público dos projectos, e

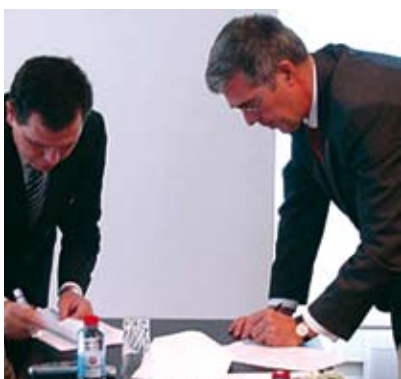
dos seus promotores, apresentados a concurso, e sendo especialmente dirigida a jovens potencialmente interessados a concorrer a próximas edições do Concurso Regional de Empreendedorismo, a Gala do Empreendedor contou com uma larga participação de responsáveis e de alunos de várias escolas de formação profissional, da Escola de Novas Tecnologias dos Açores, bem como da Universidade dos Açores.



Promotores e outros interessados assistiram à Gala

Acesso ao Microcrédito disponível nos Açores

O acesso ao Regime de Apoio ao Microcrédito Bancário está disponível nos Açores, desde 30 de Novembro de 2006, data em que foram assinados, em Ponta Delgada, protocolos entre o Governo Regional e duas instituições bancárias.



Assinatura dos Protocolos Microcrédito

O microcrédito tem por objectivo aproveitar o potencial e a vontade empreendedora de pessoas com dificuldades ao nível da integração económica e social, através de um risco partilhado entre os poderes públicos e as instituições de crédito, favorecendo a concretização de iniciativas geradoras de riqueza e emprego, tal como referiu o Secretário Regional da Economia, Duarte Ponte, na assinatura daqueles acordos.

Podem concorrer ao novo regime pessoas desempregadas e à procura do primeiro ou de um novo emprego, que não consigam ter acesso a crédito bancário pelas vias normais.

O Governo Regional suportará na íntegra os juros relativos aos emprés-

timos a conceder por este regime, cujo montante poderá variar entre um mínimo de 500 euros e um máximo de 15 mil euros.

Os acordos para execução do regime foram assinados com o Millennium BCP e com a Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo, as primeiras instituições aderentes.

A Direcção Regional de Solidariedade e Segurança Social, através do Instituto de Acção Social, a Direcção Regional de Apoio à Coesão Económica e a Direcção Regional do Trabalho e Qualificação Profissional, são as entidades governamentais responsáveis pela análise e articulação das candidaturas para o apoio ao microcrédito.



CAIXA ECONÓMICA DA MISERICÓRDIA DE ANGRA DO HEROÍSMO



Apresentação do Secretário Regional da Economia

Workshop: Quadro de Referência Estratégico – PME e Fundos Comunitários

Integrado num ciclo de conferências, a Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo promoveu, no dia 3 de Novembro, no Hotel do Caracol, um workshop subordinado ao tema “Quadro de Referência Estratégico e o Desenvolvimento da Região – PME e Fundos Comunitários”.



Intervenção do Professor António Simões Lopes

A abertura deste workshop foi presidida pelo Vice-Presidente do Governo Regional, Sérgio Ávila, que proferiu uma intervenção acerca das oportunidades que o próximo Quadro de Referência 2007/2013 irá proporcionar para o desenvolvimento dos Açores. Na cerimónia de abertura, interveio também o Presidente da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo, Sandro Paim, que salientou o contributo deste evento para

uma reflexão aprofundada acerca da nossa realidade empresarial.

Os trabalhos foram iniciados com a intervenção de António Simões Lopes, professor catedrático de economia do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), que abordou a problemática do desenvolvimento a médio/longo prazo, salientando as estratégias que a Região poderá implementar para assegurar um cresci-

mento económico sustentável.

A última intervenção coube a Arnaldo Machado, Director Regional de Apoio à Coesão Económica, que teceu diversas considerações acerca da nova política de incentivos ao investimento que irá vigorar para o período 2007/2013.

O workshop foi encerrado com um debate que despertou interesse entre os vários participantes.

Empreende Jovem – Sessão de divulgação na Universidade dos Açores

A Secretaria Regional da Economia promoveu uma sessão de divulgação do Empreende Jovem (EJ), que se realizou no Auditório Sul da Aula Magna da Universidade dos Açores UA), no dia 27 de Novembro.



Intervenientes na sessão de esclarecimento

Este encontro foi presidido pelo Secretário Regional da Economia, Duarte Ponte, que salientou a importância do empreendedorismo para a renovação do tecido empresarial açoriano, referindo que o EJ pode contribuir para estimular o incremento de uma nova cultura empresarial, baseada no conhecimento e na inovação, introduzindo nos jovens qualificados uma cultura de risco, bem como para aproximar o sistema de ensino do mundo empresarial.

Jorge Medeiros, Vice-Reitor da UA, congratulou-se com a realização deste evento e referiu o empenho da UA em fomentar o empreendedorismo, designadamente, através do Centro de Empreendedorismo, recentemente criado naquela instituição.

Seguidamente, Arnaldo Machado, Director Regional de Apoio à Coesão Económica, efectuou uma apresentação circunstanciada da regulamentação do Empreende Jovem – Sistema de incentivos ao empreendedorismo.

Esta sessão contou com uma larga participação de jovens, congregando alunos da UA, das Escolas de Novas Tecnologias dos Açores (ENTA), da

Escola de Formação Profissional da Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada e da Escola de Formação Turística e Hoteleira.



Assistência composta maioritariamente por alunos de diversas instituições de ensino

II Simpósio de Artes e Ofícios – Fronteiras do Futuro

Promovido pelo Centro Regional de Apoio ao Artesanato (CRAA), da Secretaria Regional da Economia (SRE), decorreu no Teatro Micaelense, nos dias 9, 10 de Novembro, o II Simpósio de Artes e Ofícios, subordinado ao tema “Fronteiras do Futuro”.



Registo do Senhor Santo Cristo dos Milagres

O primeiro painel do dia 9, dedicado ao “Estatuto do artesão e da unidade produtiva artesanal”, contou com as intervenções de Fernando Gaspar, Presidente do PPART, e de Alexandra Andrade, Coordenadora do CRAA, (Implementação do sistema a nível nacional e regional – perspectivas de desenvolvimento), de João Linhares, consultor informático, e de Fernando Tomás, do CRAA, (O Registo Regional do Artesanato e a sua integração nacional), de Arnaldo Machado, Director Regional de Apoio à Coesão Económica, (As empresas artesanais face à nova política de incentivos), de Isabel Freitas, Coordenadora dos Serviços de Ilha da SRE da ilha das Flores, (O sistema de incentivos do CRAA – testemunho de um caso da área alimentar), e de José Luís Amaral, Director Regional do Comércio, Indústria e Energia, (Qualidade e promoção das produções artesanais).

Após a pausa para almoço, o segundo painel, com o tema “Inovação e novas tecnologias”, foi iniciado por Ana Pires, Directora da revista “Mãos”, (Lançamento do n.º 29 da revista

“Mãos”), seguida de Pedro Almeida, professor do Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro, (Património e inovação), de Miguel Oliveira, Presidente da Associação de Artesãos da Região Norte, (O Projecto “Velhos Saberes, Novas Tendências”), e de Bruno Pacheco, Director Regional da Juventude, com os alunos finalistas da Faculdade de Belas Artes do Porto (O Projecto “Açores Combo – Artcamp”). A síntese do dia coube a Manuel Gonzales Árias, Presidente da Ofício & Arte – Organização dos Artesãos de Espanha.

Para o segundo dia do Simpósio estavam reservados mais dois painéis; o primeiro sobre “Promoção e Comercialização” que teve a participação de Verónica Bettencourt, Delegada do Turismo da ilha Terceira, (Turismo de qualidade), de Manuel Oliveira, profissional de turismo, (Testemunho de um agente local sobre a animação turística artesanal), de Paulo Parreira, Administrador da Sítios – Serviços de Informação Turística, (Ante-projecto da loja elec-

trónica de Produtos Portugueses instalada numa rede de Quiosques multimédia nos hotéis de Lisboa), de Cristina Borges, Presidente da Criaçores, e Susana Martins, da ADRIMAG, (e-arte.org – Portal de Promoção e Comercialização de Artesanato), e ainda de António Batista e Jonas Cardoso, da Ofício – Publicidade e Marketing, Lda., (Uma nova imagem para a promoção do artesanato dos Açores).

No último painel deste encontro, sobre “Formação Profissional” intervieram Luís Rocha, Director do CEARTE, (Novos desafios da formação profissional no artesanato – Dupla certificação e formação de activos), Susana Martins, (Projecto CRER – Apoio à criação de empresas e teste de ideias de negócios), e Augusto Lima, Director de Recursos Humanos do CITEVE, e Graça Ramos, Directora Executiva do



Alexandra Andrade, Directora do CRAA

CRAT, (Projecto Restart – Recursos multimédia de apoio à reconversão e qualificação no artesanato e apresentação do estudo “O sector das actividades artesanais em Portugal – Diagnóstico de necessidades de formação”.

A síntese do dia foi realizada por José Portugal, Consultor da Quaternaire Portugal, na área de Projectos Culturais.

O II Simpósio de Artes e Ofícios foi encerrado com a intervenção do Secretário Regional da Economia, Duarte Ponte.



Mostra de produtos artesanais

Seminário sobre Empreendedorismo

No dia 22 de Novembro a Câmara do Comércio e Indústria da Horta (CCIH) promoveu a realização de um seminário sobre empreendedorismo, que decorreu no Hotel Horta.

A cerimónia de abertura foi presidida pelo Secretário Regional da Economia, Duarte Ponte que, na sua intervenção, salientou a importância do papel

do empreendedorismo para uma nova cultura empresarial, e contou igualmente com a presença de Fernando Guerra, Presidente da CCIH.

No decurso dos trabalhos foi apresentada uma comunicação intitulada “Empreendedores e Inovação”, proferida por Helena Duarte, Directora de Dinamização Empresarial do IAPMEI, que abordou a problemática do empreendedorismo, numa perspectiva globalizante.

Em seguida, Arnaldo Machado, Director Regional de Apoio à Coesão Económica, apresentou a regulamentação do Empreende Jovem – Sistema de incentivos ao empreendedorismo, descrevendo de forma circunstanciada os apoios contidos nas Medidas 1 e 2 daquele programa.

O seminário terminou com um debate amplamente participado pela assistência presente.

Estatísticas

À semelhança do n.º 1 da *€mpreender*, as estatísticas seguintes apresentam uma síntese da execução conferida aos sistemas de incentivos, nacionais e regionais, em vigor no III Quadro Comunitário de Apoio (QCA) e com aplicação à Região Autónoma dos Açores.

Os valores apresentados traduzem a situação ocorrida em termos acumulados até 30 de Novembro de 2006, com recurso à utilização dos indicadores investimento total, por ilha e por sector de actividade, e investimento por habitante.

Impunha-se a actualização destes dados já que com o final do ano chega também o final do III QCA e, assim, estes valores estão muito próximos dos correspondentes ao encerramento do III QCA.

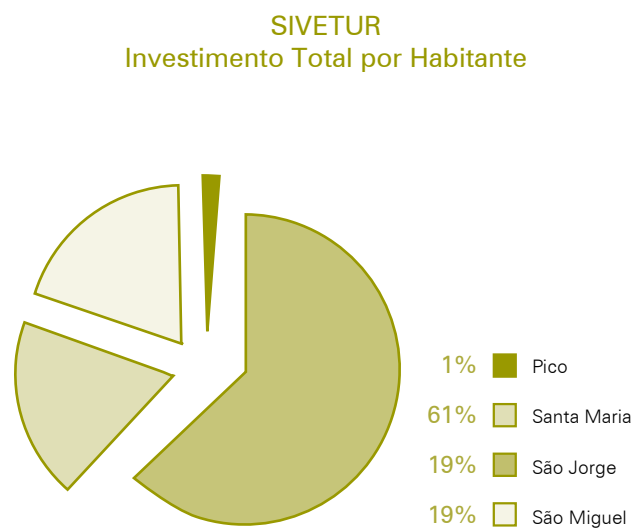
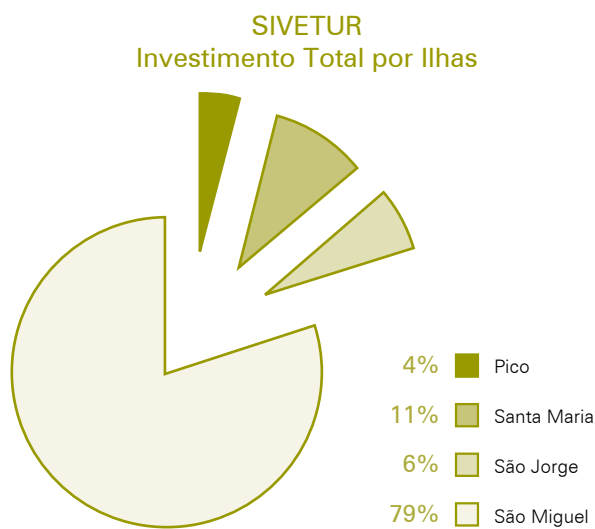
SIVETUR

Sistema de Incentivos a Produtos Turísticos de Vocação Estratégica

O investimento total relativo às candidaturas entradas apresentadas ao SIVETUR foi de €65.782.724,46.

Entraram 8 (oito) projectos, todos respeitantes ao sector turismo, correspondendo na sua maioria a investimento em infra-estruturas turísticas, nomeadamente Portos de Recreio, e ainda ao Coliseu Micaelense, Teatro

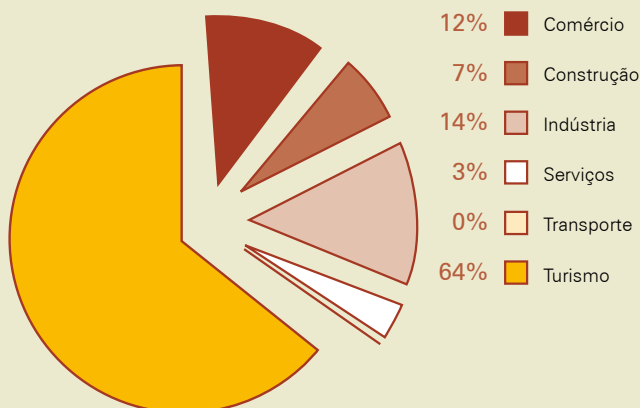
Micaelense, um hotel e um campo de golfe. Por ilha verifica-se uma forte concentração do investimento na ilha de São Miguel (79%). Tendo no entanto em conta o investimento por habitante, essa concentração desloca-se para a ilha de Santa Maria (61%), seguida de São Jorge (19%) e São Miguel (19%).



SIME

Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial

SIME - Candidaturas Entradas
Investimento Total por Sector de Actividade



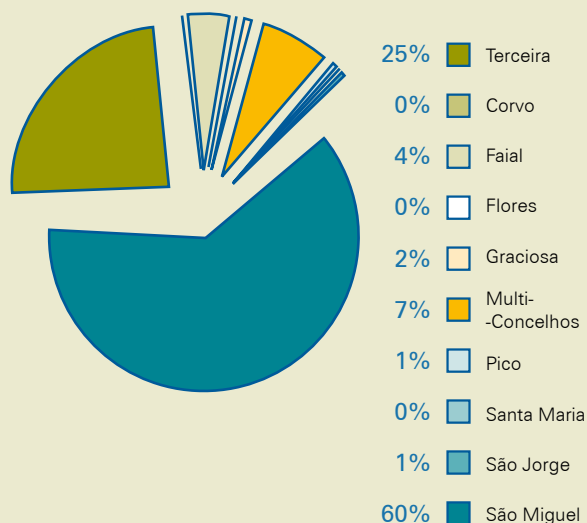
O investimento total relativo às candidaturas entradas apresentadas ao SIME foi de €303.796.499,16.

No respeitante a investimento candidatado ao abrigo do SIME, considerando as candidaturas entradas, verifica-se numa análise por sector de actividade, que o investimento se concentrou maioritariamente no sector do Turismo (64%), seguido pelos sectores Indústria (14%) e Comércio (12%). Numa análise por ilhas, verifica-se que a concentração de investimento ocorre em São Miguel (60%), seguida da ilha Terceira (25%). Fazendo-se uma análise tendo em conta o investimento por habitante, verifica-se uma maior homogeneidade na distribuição do investimento, com São Miguel a reduzir significativamente a percentagem de investimento por habitante (36%), a Terceira a aumentar ligeiramente (29%) e o Faial (26%) a subir de forma assinalável.

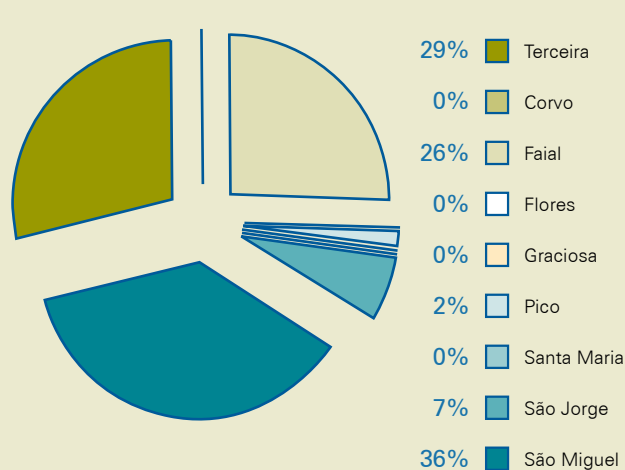
(...CONT.)

SIME - Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial

SIME - Candidaturas Entradas
Investimento Total por Ilhas



SIME - Candidaturas Entradas
Investimento Total por Habitante



SIDEP Subsistema de Prémios

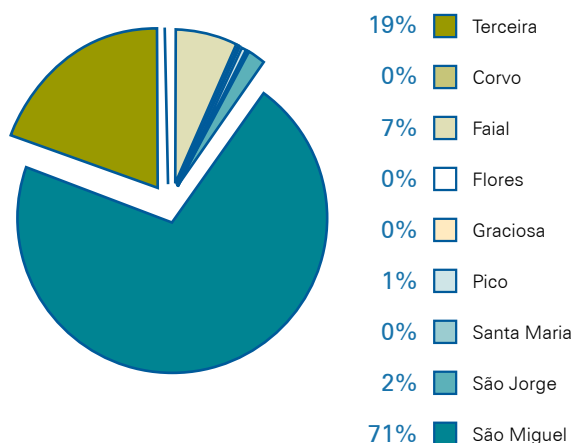
O SIDEP, nos termos da legislação em vigor, encontra-se associado a investimentos candidatados no âmbito do SIME ou do SIVETUR, sendo igualmente possível a apresentação de projectos autónomos de tipologia B. O investimento elegível total, associado na sua grande maioria a projectos de investimento candidatados ao SIME, é de € 284.065.756,74.

Tratando-se de um sistema de prémios a análise incidirá, não sobre o investimento, uma vez que este se encontra associado ao SIME na sua maioria, mas ao montante de

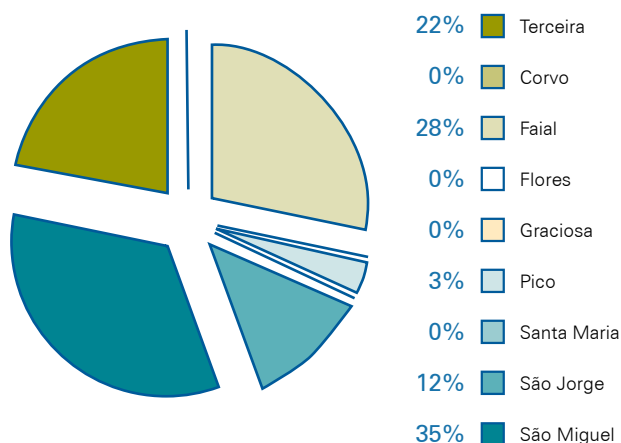
incentivo atribuído e que totaliza € 43.618.543,83.

Verifica-se, considerando uma análise por ilha, que São Miguel (71%) e Terceira (19%) concentram a maior fatia de incentivo atribuído, o que, como referimos, dado o SIDEP estar na sua maioria associado ao SIME, segue em grande medida o comportamento do investimento relativo a este sistema de incentivos. Já numa análise considerando o incentivo por habitante assiste-se a uma distribuição mais homogénea, com o incentivo a distribuir-se por São Miguel (35%), Faial (28%), Terceira (22%), São Jorge (12%) e Pico (3%).

SIDEP - Incentivo Aprovado por Ilha



SIDEP - Incentivo Aprovado por Habitante



SIDET

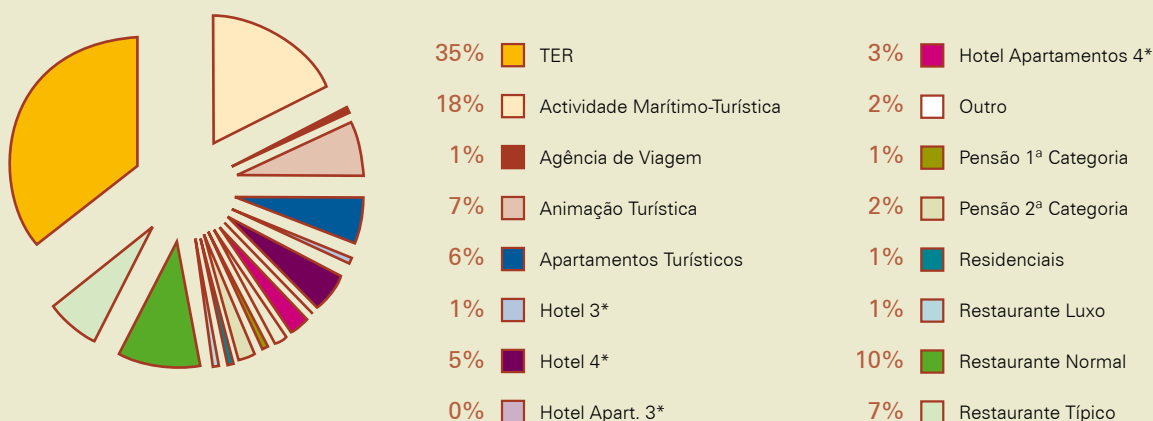
Subsistema para o Desenvolvimento do Turismo

O investimento total relativo a candidaturas aprovadas no âmbito do SIDET foi de €30.484.777,80.

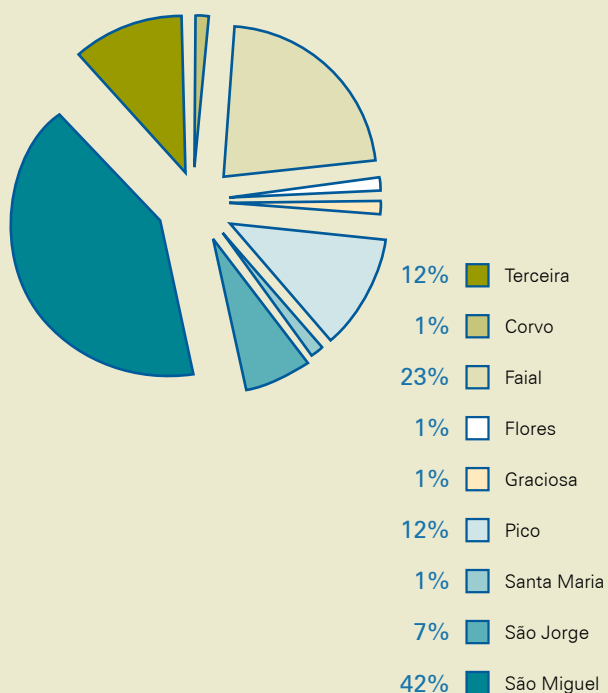
Tendo em conta o investimento aprovado por tipologia, verifica-se que o TER (35%) concentrou a maior percentagem de investimento, seguido das Actividades Marítimo-Turísticas (18%), Restauração Normal (10%), Apartamentos Turísticos (6%) e Animação Turística (7%).

por ilha, verifica-se que São Miguel (42%) recebeu a maioria do investimento, seguida do Faial (23%), Terceira (12%) e Pico (12%). Fazendo-se uma análise tendo em conta o investimento por habitante, assiste-se a uma alteração significativa da situação descrita, com o Corvo (37%) a receber, em termos relativos, maior investimento, seguido do Faial (23%), do Pico (12%), São Jorge (10%) e de São Miguel (5%).

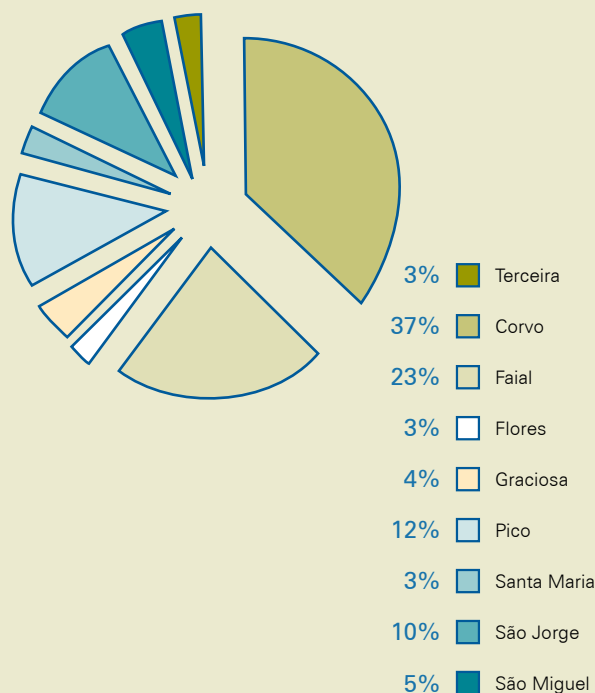
SIDET
Investimento Total Aprovado por Tipologia



SIDET - Investimento Total Aprovado por Ilha



SIDET - Incentivo por Habitante

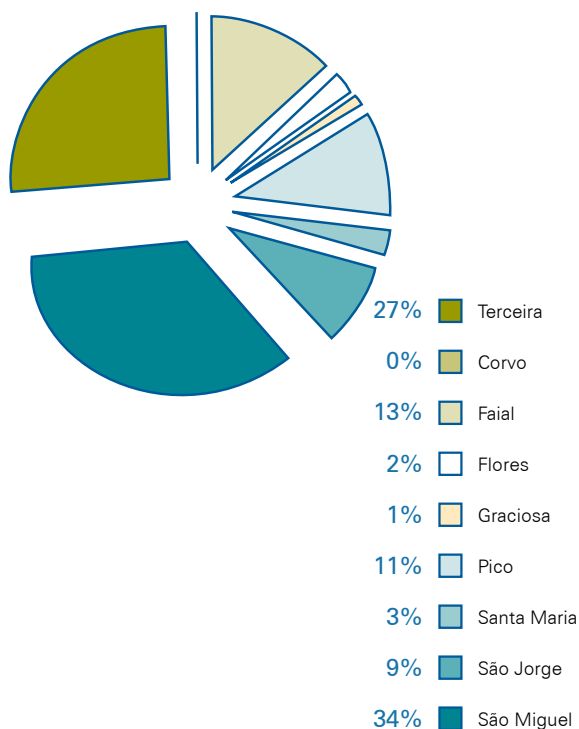


SIDEL - Subsistema para o Desenvolvimento Local

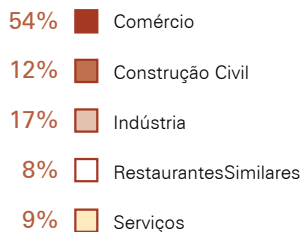
O investimento total relativo a candidaturas aprovadas no âmbito do SIDEL foi de €62.823.007,81.

Relativamente ao SIDEL, e numa análise por sectores, verifica-se que o Comércio (54%) foi o sector com maior percentagem de investimento, seguido da Indústria (17%), Construção Civil (12%) e Restaurantes/Similares (8%) e Serviços (9%). Numa análise por ilha, a maior fatia de investimento aprovado concentra-se na ilha de São Miguel (34%), seguida da Terceira (27%), Faial (13%), Pico (11%) e São Jorge (9%). Numa análise por habitante verifica-se que o investimento aprovado no âmbito do SIDEL se distribui de forma homogénea, com maior concentração nas ilhas de São Jorge (20%) e Faial (19%).

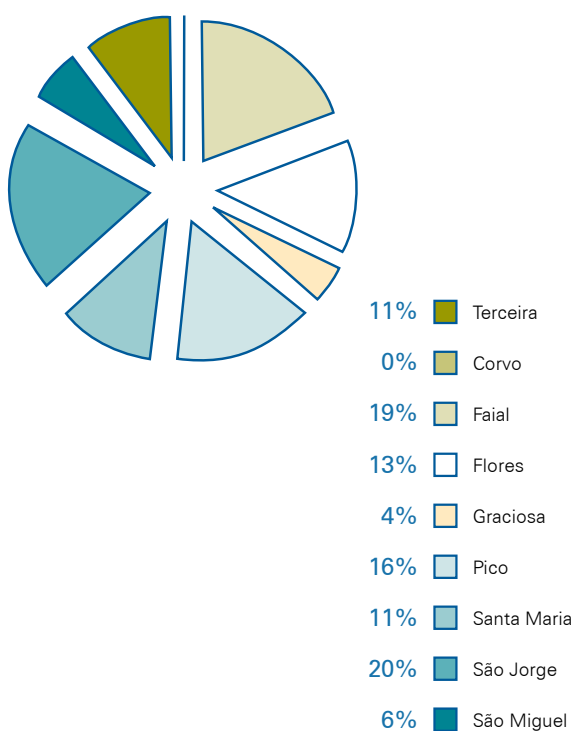
SIDEL
Investimento Total Aprovado



SIDEL
Investimento Total Aprovado por Sectores



SIDEL
Investimento por Habitante



URBCOM

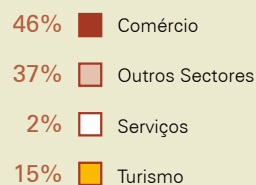
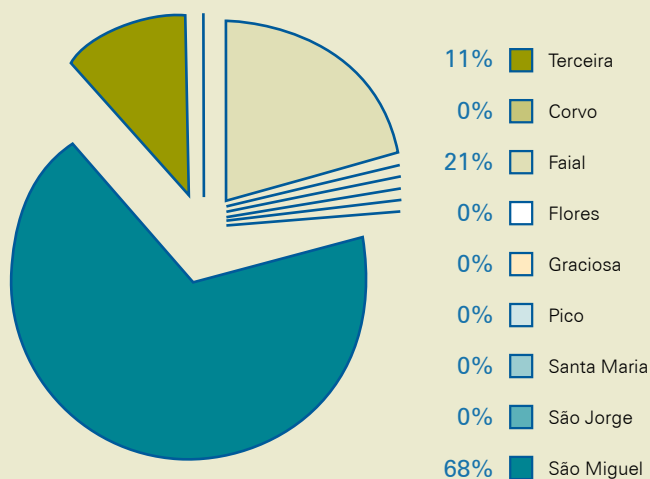
O investimento total relativo a candidaturas entradas no âmbito do URBCOM foi de €31.726.101,36.

O investimento candidatado ao URBCOM concentrou-se, no respeitante aos sectores económicos, no Comércio (46%), seguido por Outros Sectores (37%) e Turismo (15%). Por ilhas verifica-se que a maior concentração ocorre em São Miguel (68%), seguida do Faial (21%) e Terceira (11%). Numa análise por habitante verifica-se que o Faial (65%) recebe a maior fatia de investimento seguida de São Miguel (25%) e Terceira (9%).

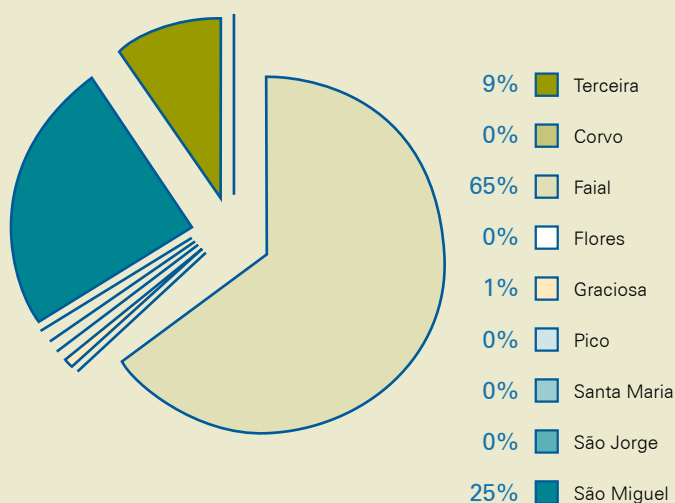
URBCOM - Investimento Total Candidaturas Entradas por Sector



URBCOM - Investimento Total Candidaturas Entradas por Ilha



URBCOM - Investimento Total Candidaturas Entradas por Habitante





Governo dos Açores

SECRETARIA REGIONAL DA ECONOMIA



€mpreender